

Revista
txt

Ano X
Número 22
Julho de 2017

REVISTA LABORATÓRIO DO 3º SEMESTRE DO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO | UFSM



MEMÓRIAS DA OLARIA

seus momentos
mais
confusos
estão cheios de
respostas
14.16 **Descubra**
Centro de eventos
UFSM / 09 a sua

SUJEITOS QUE FAZEM A UFSM

A UFSM é mais que algumas dúzias de prédios: é cada uma das mais de 30 mil pessoas que circulam em seus ambientes diariamente. Estudantes, docentes e técnicos em educação são sua razão de ser e é para todos eles que produzimos juntos esta edição. As pautas foram desenvolvidas com intuito de mostrar temas que valorizam as pessoas que constroem a Universidade tanto do ponto de vista da sua infraestrutura quanto de seus valores humanos.

Contamos histórias de personagens que ajudaram, com seu trabalho, a construir os materiais necessários para estruturar o campus. Ouvimos os relatos dos antigos moradores da Vila Olaria que fabricaram os tijolos que construíram nossa Universidade, mas foram obrigados por decisão judicial a saírem de suas casas.

Revisitamos a luta dos estudantes secundaristas e universitários que ocuparam instituições

de ensino em todo país para discutir a herança das ocupações. Os protagonistas destes movimentos refletem sobre as demandas atendidas em suas universidades, mas também lamentam o insucesso das bandeiras nacionais, como a aprovação da PEC 241/55 e da MP da Reforma do Ensino Médio.

Conhecemos as histórias de estudantes e técnicos que caminham pelo campus todos os dias e devido às suas limitações encontram dificuldades. Pessoas com deficiência física, motora, visual e auditiva que estudam e trabalham na Universidade nos relataram como é o seu cotidiano em um ambiente que ainda não está preparado cem por cento para atender às suas necessidades. Contudo, ressaltam, que está no caminho certo para tornar o mundo mais acessível.

Eduardo Ruedell, Júlia Goulart e Viviane Borelli

REVISTA LABORATÓRIO DO 3º SEMESTRE DO CURSO DE JORNALISMO DA UFSM

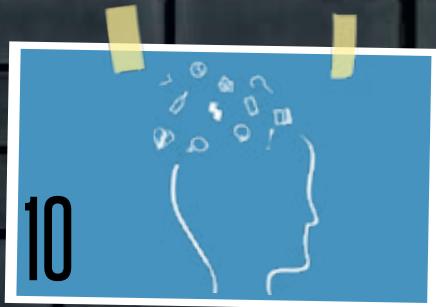


www.ufsm.br/revistatxt
txt.revista@gmail.com

EDIÇÃO	Viviane Borelli
EDITORES DE PRODUÇÃO	Eduardo Ruedell, Júlia Goulart e Stêvão Limana
PROJETO GRÁFICO	Marcelo Kunde
ADAPTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO	Flávio Teixeira Quarazemin
DIAGRAMAÇÃO	Dreyfus L. Gomes, Felipe Backes, Pablo Furlanetto e Rubens Guilherme Santos
COORDENAÇÃO:	Dreyfus L. Gomes
SUPERVISÃO:	Rafael Bald
REVISÃO	Elisa de Campos, Isadora Menegazzo, Mariane Wegener Feistler, Melissa Konzen e Raisa Nunes
FOTOGRAFIA	Amanda Xavier Beatriz Couto, Bibiana Pinheiro, Felipe Michalski, Lucas Felipe da Silva, Lucas Reinehr e Thuane de Oliveira
COLABORAÇÃO:	Rafael Happke
TRATAMENTO DE IMAGEM	Júlia Goulart, Lucas Felipe da Silva e Lucas Reinehr
DIVULGAÇÃO	Leandra Cruber, Leonardo Catto, Lucas Felipe da Silva e Lucas Gutierrez
EDIÇÃO ONLINE	Janaína Wille, Rafael Favero e Rubens Guilherme Santos
CAPA	Dreyfus L. Gomes
FOTOGRAFIA DE CAPA	Beatriz Couto
EDIÇÃO DO PDF ACESSÍVEL	Rafael Bald
ROTEIRO DE AUDIODESCRIÇÃO	Chaiane Appelt, Luan Romero e Pablo Furlanetto
CONSULTORES DE AUDIODESCRIÇÃO	Cristian Sehnem e Fernanda Taschetto
PROFESSORA RESPONSÁVEL	Viviane Borelli Mtb/RS 8992
ENDEREÇO	Campus da UFSM, prédio 21, sala 5234 Telefone: (55) 3220-8487
DATA DE FECHAMENTO	10 de julho de 2017
IMPRESSÃO TIRAGEM	Imprensa Universitária da UFSM 700 exemplares



SUMÁRIO



© 2017 – Departamento de Arquivo Geral - UFSM

06 ENTREVISTA
O ADEUS AO CAMPUS

09 TECNOLOGIA
A UM CLIQUE DA DOAÇÃO

10 SAÚDE
ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL

12 COMUNIDADE
COMUNICAÇÃO: UMA QUESTÃO SOCIAL

14 GERAL
NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS

20 GERAL
RÁDIO UNIVERSIDADE: MEIO SÉCULO
DE HISTÓRIA



12



14



20



34



40



42



46

24 CAPA
MESMOS TIJOLOS, DIFERENTES DESTINOS

30 GERAL
CAMOBI: UMA OPÇÃO EM ALTA

32 GERAL
**TRANSPORTE COLETIVO EM SANTA MARIA:
UMA QUESTÃO PÚBLICA?**

34 PARALELO
A HERANÇA DAS OCUPAÇÕES

39|40 ESPORTE
**A FORÇA UNIVERSITÁRIA NAS QUADRAS
O CAMINHO DA ESPADA**

42|44 CULTURA
**VIVA O NOSSO CAMPUS
A LITERATURA NA UFSM**

46 PERFIL
ANOTADO NO MOLESKINE



O ADEUS AO CAMPUS

**ELES ESTÃO indo embora da UFSM.
MAS NÃO SÃO FORMANDOS.**

REPORTAGEM: LEONARDO CATTO; FOTOGRAFIA: BEATRIZ COUTO;

DIAGRAMAÇÃO: DREYFUS L. GOMES

UMA PORTA SE FECHOU

Dos 43 anos de vida de Roberta*, seis ela passou na UFSM. Esse tempo, por vezes, é a duração de uma graduação. No entanto, Roberta não é estudante. Os seis anos que ficou na Universidade foi o tempo de trabalho como funcionária terceirizada nas portarias de três diferentes prédios. Hoje, ela já deixou a UFSM, assim como outros 185 funcionários, nos meses de abril e maio de 2017, que receberam aviso prévio da empresa Sulclean e no caso dos vigilantes, da Sulclean Segurança

Apesar de o desemprego ser uma realidade, ela lida com isso de forma tranquila e comprehende a situação das demissões. "Justo não é porque quantas famílias dependem só de uma renda? Mas também não tem o que fazer. Eu comprehendo, por um lado, se o governo não repassa, como vão segurar um monte de gente que não tem como pagar? Chega uma hora que a firma vai falir", conclui.

Roberta aponta que um dos fatores que a mantém tranquila é o fato de seu marido não ter sido demitido. Ela ainda trabalha como terceirizado na UFSM e isso garante a renda da família, composta pelo casal e uma filha de três anos. Mas ela destaca que depender apenas de um salário é mais complicado, por isso acredita que sustentar a casa também depende dela. Além disso, a tranquilidade não é capaz de apagar a tristeza: "A gente se dedica, né? Põe a

camiseta, como dizem. Nunca faltei por bobagem, sempre trabalhei tudo direitinho, mas aí chegou o aviso".

Quando questionada se teria reclamações sobre seu emprego, afirma que era um "trabalho bom, satisfatório, bem tranquilo". Inclusive fala, em tom orgulhoso, que cumpria seu turno de 12 horas dia sim, dia não. Confessa, todavia, que "era puxado e bem estressante" trabalhar todo esse tempo, chegar em casa, dar atenção à filha pequena e ainda lidar com a vida social. No momento em que cumpria o aviso prévio, sua filha já ia à escolinha, o que tornava a sua rotina mais fácil, segundo Roberta.

Ainda sem planos imediatos, a sua certeza é que precisa procurar outro emprego. Com ensino médio completo, reconhece que a situação não é fácil por haver também muitas outras pessoas na mesma situação que ela. "Vai ser muita gente despedida", pondera, inclusive, que o número de terceirizados demitidos se juntará ao número de pessoas já desempregadas.

Por enquanto, terá um tempo para descanso e reflexão sobre seu futuro profissional, além de exercer um dos passatempos que a acompanhava no tempo livre do serviço: a leitura. Com apreço por romances, livros sobre espiritualidade e autores como Augusto Cury, Roberta afirma que pretende manter o hábito, ainda mais enquanto procura um novo trabalho. "E dar atenção para minha filha", complementa.

UM FUTURO SEM SEGURANÇA

"Trabalho porque preciso e gosto. Se vier sem ter amor à profissão, nem vem, né?", é o que diz Danilo*, 51 anos, sobre seu emprego como vigilante na UFSM. Era um dos funcionários mais antigos na empresa. Além disso, por ter o pai que também trabalhou na Universidade, tinha o Campus quase como uma segunda casa. Receber o aviso prévio foi como se recebesse um aviso que o obrigava a deixar seu lar.

No entanto, seu Danilo não vai desesperadamente se lançar às páginas de classificados dos jornais para procurar um novo emprego. Na sua fala



mansa, diz que não descarta mudar totalmente em relação ao antigo emprego, "Vou esperar um tempo. Se aparecer um serviço de imediato, vou trabalhar na mesma área. Se não aparecer na minha área, eu vou procurar outro tipo de emprego". E é enfático ao explicar que não ficará apenas descansando. "Não é que eu pretenda tirar um tempo, eu vou esperar mesmo". Conta também que já costumava fazer "bicos" de pintor e pedreiro quando surgia uma oportunidade, o que acabava por complementar a renda.

A família, composta pela esposa e duas filhas, não depende exclusivamente do dinheiro ganho por seu Danilo. Contudo, é consenso entre eles que ficará mais complicado enquanto o patriarca estiver desempregado. "Minha filha mais velha tem emprego, a caçula está no ensino médio, e a esposa também trabalha. Só que apenas com os salários delas, a gente não consegue bater as despesas da casa", lamenta Danilo. Quando questionado sobre a disponibilidade de tempo para ficar com a família mesmo com tantas tarefas, Danilo responde com naturalidade: "hoje em dia não existe mais isso". Ainda fala que se acostumou a ver menos a família.

A serenidade de Danilo, diferentemente de Roberta, não se mantém ao falar sobre a onda de avisos prévios e demissões dos terceirizados. Para ele, quem errou foi a UFSM. "Eu acho que é falta de administração da Universidade, porque eles poderiam cortar em outras áreas. Tem muitas obras em andamento que nem estão sendo usadas e nem vão ser agora. Poderiam fazer diferente", afirma de modo efusivo, contudo, sem levantar o tom manso da voz.

O novo sistema de segurança – que, além do limite orçamentário, foi um dos motivos do cancelamento de mais de 66 postos de vigilância por parte da UFSM – é outra mudança que também deixa seu Danilo insatisfeito. Com a propriedade de quem trabalhou quase uma década no ramo, ele critica. "Sem a nossa vigilância, vai ficar difícil aqui dentro. A Universidade é muito grande, então vários pontos vão ficar sem vigilância física. Ampliaram o número de câmeras, mas não tem como ser só o monitoramento. Não é como uma pessoa que está presente".

Seu Danilo aparenta acreditar que o trabalho dignifica. Não deixa de destacar, todavia, o outro lado do seu serviço. "Conhecemos muita gente, criamos amizades. Estudantes, inclusive. Muitos não gostam, mas muitos gostam, porque se sentem protegidos às vezes, né?". Entretanto, após seu aviso prévio, essas amizades ficarão para trás.

*Os nomes foram alterados para preservar a identidade dos funcionários



SEGALLA EXPLICA RELAÇÃO DA UFSM COM TERCEIRIZADOS

Para entender como funciona o serviço terceirizado na UFSM, qual o papel da Universidade nas demissões e como ficaram os serviços a partir de agora, conversamos com o pró-reitor de administração, José Carlos Segalla.

TXT – QUAL É O PAPEL DA UFSM NO CASO DAS DEMISSÕES DOS TERCEIRIZADOS?

Segalla – A UFSM tem licitações para contratar postos de trabalho, postos de segurança, portaria, manutenção, recepcionistas, limpeza por metro quadrado. O governo já não contrata mais esses serviços, através do Decreto nº 2.271 de 1997*, que permite, então, que sejam contratados funcionários terceirizados na forma de postos de trabalho ou na forma de serviço. A Universidade faz uma revisão e racionalização desses contratos no sentido de viabilizar o seu funcionamento diante das restrições orçamentárias. Estamos trabalhando no ajuste dos postos de trabalho. Reduzimos postos, mas não trabalhamos com demissões de pessoas. Nós fizemos licitações para contratar os postos. Obviamente que, havendo uma redução desses serviços, implicará que o fornecedor terá que fazer um ajuste na sua empresa também. Então provavelmente, ocorram demissões.

TXT – COMO FUNCIONARÁ OS SERVIÇOS DE LIMPEZA, PORTARIA E VIGILÂNCIA A PARTIR DE AGORA?

Segalla – Estamos fazendo os ajustes nas metragens quadradas de limpeza e de frequência. Uma otimização da necessidade de limpeza por metro quadrado, já que tem áreas específicas que requerem mais limpeza e outras que requerem menos. Uma redução de postos, adequada ao tamanho da Universidade, que vem crescendo. Mas tendo em mente o orçamento restrito. É um trabalho em conjunto com todas as unidades de ensino, tem sido amplamente discutido. Quanto às portarias, houve uma diminuição. Nós reduzimos mais de 10 portarias, tivemos que ajustar; e aumentamos mais algumas, mas ficou em média uma redução de 10 do total que se tinha. Conjuntos que tinham uma portaria em cada prédio passaram a ter uma portaria única. Se pegava chave de sala em cada portaria, agora pega só em uma. O monitoramento ocorre em conjunto com a vigilância física, o que reduz os custos, já que reduz os postos de vigilância. Há uma sala de monitoramento, onde tudo

é configurado de acordo com as necessidades relatadas por cada unidade de ensino: horário de acesso; qual a restrição de circulação na área; quais são os pontos fracos do prédio para que as câmeras façam o monitoramento permanentemente e indiquem os problemas para a transmissão a um posto que atenda a situação mais rápido possível. As câmeras verificam o número de pessoas que estão circulando nos lugares de passeio público e transmitem a informação para o setor de monitoramento.

TXT – A EMPRESA DE MONITORAMENTO É A MESMA QUE JÁ FORNECE POSTOS DE SEGURANÇA PARA A UFSM?

Segalla – Não. A empresa de monitoramento é a Vigillare Segurança. E a empresa de posto de trabalho físico é a Sulclean Segurança. São empresas distintas, mas que trabalham em conjunto.

TXT – JÁ HOUVE OU HAVERÁ MAIS CANCELAMENTOS DE SERVIÇOS, NO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO, POR EXEMPLO?

Segalla – Tratando-se do Restaurante Universitário, nós fizemos alguns ajustes. Até porque o RU II está com fornecimento de refeições que é contratado externamente pela falta de capacidade da cozinha devido ao volume de refeições que estão sendo servidas. A cozinha esgotou sua capacidade. Então terceirizamos e contratamos externamente, o que diminui postos de trabalho terceirizados do RU (copeiros, cozinheiros, lavadores).

TXT – JÁ EXISTIRAM SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA, LIMPEZA E PORTARIA NÃO TERCEIRIZADOS NA UFSM? ELES SERIAM VIÁVEIS HOJE?

Segalla – São serviços que deixaram de ser ofertadas pelo Governo Federal a partir da Lei 8.112 **, então não se faz mais concursos para essas categorias. O governo vem extinguindo essas categorias, e ficam os remanescentes. Por exemplo, nós ainda temos alguns vigilantes do quadro, mas – conforme se aposentam – não é mais permitido concurso para vigilância. Nós não temos um estudo concreto disso. Existe um plano de cargos e salários, que é do Governo Federal. E existe uma licitação, por parte do governo, uma regulação dos preços dos postos, em que eles são divididos em "montante A" e "montante B", sendo o primeiro relativo a questões sindicais (salário base e obrigações trabalhistas) e o segundo, administração e tudo mais. A partir disso, se dá a diferença de preço um fornecedor [serviço federal] para outro [serviço terceirizado]. Mas nós não temos um estudo apurado de quanto representaria se fosse [apenas] do quadro, e qual seria a implicação em relação a diferença para mais ou para menos quanto aos contratos existentes.

*O Decreto 2.271 de 7 de Julho de 1997 permite a contratação de serviços terceirizados pela Administração Pública, desde que não sejam a função fim do órgão público: “[...] poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.” (Art. 1º).

**A Lei 8.112 institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e afirma como servidor a pessoa legalmente investida em cargo público. “Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.” (Art. 3º).

A UM CLIQUE DA DOAÇÃO

REPORTAGEM: EDUARDO RUEDELL E THUANE DE OLIVEIRA;
FOTOGRAFIA: THUANE DE OLIVEIRA; DIAGRAMAÇÃO: DREYFUS L. GOMES

CONHEÇA O HEMOTIFY: A PLATAFORMA QUE AJUDA HEMOCENTROS DE TODO PAÍS A CAPTAR MAIS DOADORES DE SANGUE.



De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o número ideal de doadores regulares de sangue deve representar 5% da população de um país; no Brasil, atualmente, não chegamos nem perto disso: apenas 1,8% se dispõe à doação. Pensando nisso, Fernando Henrique Berwanger, 21, e Ricardo Morcelli, 21, acadêmicos do curso de Engenharia de Controle e Automação da UFSM, tiveram a ideia de lançar uma plataforma que pudesse conectar doadores e hemocentros a fim de facilitar as doações de sangue. A ideia foi lapidada dentro da Stallo Soluções de Impacto, empresa da qual ambos são sócios, localizada na Incubadora Tecnológica da UFSM. Com o desenvolvimento do projeto, Gabriel Branco, 21, acadêmico de Engenharia Acústica na UFSM, juntou-se ao grupo e, após dois meses de trabalho intenso, lançaram o Hemotify.

A ideia é simples: para se cadastrar como doador, basta acessar o site ou o aplicativo e clicar no botão “quero ser um doador”. O sistema pedirá o tipo sanguíneo e a cidade onde mora. O aplicativo tem a função de construir uma ponte entre o hemocentro e o doador cadastrado, o que é feito atualmente via Facebook. Mas o aplicativo não exclui a necessidade do cadastro do doador junto ao hemocentro, onde deverá passar por uma rápida checagem antes da doação. O doador não será chamado se o hemocentro não precisar do seu tipo sanguíneo no momento.

Uma das metas da equipe do Hemotify é, até o final deste ano, realizar uma parceria com a Secretaria de Saúde do Estado, para que, com a possibilidade de captação de Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos doadores, haja cruzamento de dados com os registros do Sistema Único de Saúde (SUS), o que simplificaria o processo de conectar doadores e hemocentros.

“Tem um fenômeno no sul do Brasil, no qual encontramos muito desse serviço na iniciativa privada. A gente está dando uma segurada nos particulares aqui em Santa Maria e valorizando a fonte gratuita”, diz Fernando. Segundo ele, no futuro pretende-se cobrar uma taxa aos estabelecimentos particulares pelo uso da plataforma. “Do público, não pretendemos cobrar nada, por duas questões; primeiro: a gente quer se tornar um serviço público para a comunidade, então não faz sentido cobrar; segundo, que cobrar envolve muita burocracia. Com o público, a gente só precisa de uma parceria”.

Um dos primeiros parceiros do projeto foi o Hemocentro Regional de Santa Maria. Segundo os estudantes, outros quatro projetos semelhantes haviam sido apresentados ao Hemocentro, localizado no bairro Nossa Senhora das Dores. Apesar do ceticismo inicial causado pelas experiências anteriores, o Hemocentro abraçou a ideia. Hoje, Carla Tatiana dos Santos Coelho, 40, diretora da instituição, fala com entusiasmo da parceria:

“Nesse momento, onde uma grande parcela da população vive conectada, essa plataforma veio cobrir uma lacuna na captação de doadores de sangue. Ela aproxima o Hemocentro às pessoas, e vai direto no foco, pois leva aos doadores específicos os pedidos que fazemos.**”**

Para impulsionar o desenvolvimento da plataforma, um programa de financiamento coletivo foi lançado na web que possibilitou custear a primeira fase do projeto, além da produção de um vídeo de apresentação, que ajudou o grupo a ganhar visibilidade. O primeiro investidor externo foi o pai de um dos estudantes e, no início de maio deste ano, um grupo de empresários de Santa Maria realizou uma parceria com a equipe do Hemotify, oferecendo suporte financeiro e expertise em saúde, gerenciamento e marketing. Concebido para ser um “presente” para Santa Maria, segundo Fernando, o Hemotify conta atualmente com cerca de duas mil pessoas e 13 hemocentros já cadastrados. A expectativa é que, em, breve todas as regiões do país tenham doadores e instituições conectados.

ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL

REPORTAGEM: LUCAS REINEHR; ILUSTRAÇÃO: PEDRO ERNESTO LAMEIRA;

DIAGRAMAÇÃO: RUBENS GUILHERME SANTOS

UNIVERSIDADE OFERECE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A ESTUDANTES E COMUNIDADE EXTERNA.

A conciliação entre a vida acadêmica e a pessoal pode fragilizar a estabilidade emocional e afetar a saúde mental dos estudantes. Nesse contexto, é extremamente importante que a universidade ofereça apoio e atendimento aos universitários que passam por problemas que afetam sua saúde mental. A UFSM possui alguns órgãos institucionais preocupados com essas questões, no entanto, a maioria dos estudantes desconhecem essas entidades.

Somente pelo Sisu, em 2016, cerca de 4 mil estudantes ingressaram na UFSM. Para muitos, essa é a primeira experiência relacionada à independência. Sair de casa, conhecer pessoas novas, fazer amigos, adaptar-se à vida acadêmica e ter que conciliar os estudos com a vida pessoal. São diversos desafios postos à frente de quem, provavelmente, não teve essa experiência antes.

A rotina universitária é, muitas vezes, romantizada e idealizada fora do arco da UFSM. No entanto, o que acontece é que, com cargas horárias que ocupam os dois turnos de segunda a sexta-feira, disciplinas que exigem muito estudo e problemas que envolvem relações interpessoais, os estudantes podem adoecer. Quando isso acontece, é necessário que algum órgão esteja disponível para dar suporte à saúde mental dos estudantes. Na UFSM, existem três órgãos que lidam com esses problemas a fim de oferecer apoio e atendimentos para acadêmicos. Um deles é o Setor de Atendimento Integral ao Estudante (Satie), que é respon-

sável pelo atendimento exclusivo de acadêmicos. Ele está localizado no segundo andar do prédio da União Universitária, no Campus Central, e é dividido entre quatro eixos principais: o projeto Nenhum A Menos, o Plantão Psicossocial, as oficinas e o eixo de Atenção em Saúde Bucal. Desses, somente o último não está ligado aos cuidados da saúde psicemocional.

Cada um desses eixos tem uma função essencial na qualidade de vida e permanência do estudante na universidade. O psicólogo do Satie, Eduardo Bagolin, fala sobre o que cada eixo representa e qual sua importância no combate à evasão dos universitários. Segundo ele, o Setor se reestruturou e passou por uma ampliação após a tragédia da Kiss, em 2013, e agora possui esses setores. O projeto "Nenhum A Menos" é direcionado exclusivamente aos estudantes que possuem Benefício Sócio Econômico (BSE). Ele existe porque, legalmente, alunos que não estiverem de acordo com a resolução 035/2015 do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), perdem o benefício. A resolução prevê que, aqueles que não cumprirem com certas exigências do curso - como 50% de aprovação nas disciplinas e carga horária semestral de, no mínimo, 240 horas -, perdem o BSE.

O que não pode ser ignorado, no entanto, é que alunos que possuem BSE também passam por situações de vulnerabilidade e necessitam de atendimento e compreensão. Nesse contexto, o projeto "Nenhum A Menos", com a ajuda de assistentes sociais e psicólogos, acolhe e acompanha os estudantes em alguma situação de fragilidade e garante o benefício para eles mesmo que não cumpram com as exigências.

Além desse projeto, os atendimentos do Satie também contam com o Plantão Psicossocial. De acordo com Eduardo, este setor funciona de acordo com as demandas e trabalha diretamente com questões emocionais e sociais. O suporte do Plantão Psicossocial contempla também alunos que não possuem o BSE. O psicólogo afirma que as necessidades que mais aparecem ao setor são relacionadas à pressão acadêmica e familiar, dificuldades em relacionamentos e direcionamento de carreira. Ele reitera,



ainda, que a auto exigência em relação aos estudos gera diversos problemas aos acadêmicos. "Conciliar vida acadêmica e vida pessoal talvez seja o nosso maior desafio com nossos pacientes", coloca. O plantão, geralmente, acolhe os alunos em momentos de crise, mas também possui a possibilidade de agendamentos. Em último caso, os estudantes também são enviados à rede municipal de saúde, através de encaminhamentos a psicólogos e psiquiatras do SUS.

O serviço funciona de segunda a sexta, das 8h às 20h, sem fechar ao meio-dia. Para consultas periódicas, os estudantes devem reservar sua consulta com o setor. Segundo Eduardo, a mudança no horário de atendimento e o espaço do meio-dia, sem encerrar as atividades, fez com que mais acadêmicos pudessem buscar apoio. O último eixo do Satie, que envolve a saúde mental dos estudantes, é o das oficinas. Essa linha promove um espaço de vivência de expressões culturais, artísticas e esportivas para a população universitária. Entre as ações coletivas promovidas, estão oficinas de dança do ventre, de xadrez, pilates, culinária e, também, o Efêmero Café. Eduardo afirma que as oficinas são para qualquer acadêmico que tenha interesse em participar e a intenção das atividades é fomentar o lazer dos estudantes e fazer com que isso ajude na busca pela estabilidade emocional. "Esses eixos se ligam no que o aluno tem de saudável, não de doente", afirma.

O Satie tem, portanto, o desafio de oferecer um serviço de acolhimento e suporte aos estudantes da UFSM. Eduardo afirma que o foco do setor é proporcionar qualidade de vida para o universitário, com a prevenção através das oficinas e com acompanhamento para situações mais fragilizadas. Outro órgão responsável por auxiliar os acadêmicos é o Ânima, setor de atendimento psicopedagógico aos estudantes que atua desde 1998. O espaço faz parte do Núcleo de Aprendizagem da Coordenadoria de Ações Educacionais e tem suas ações voltadas a contribuir com a promoção, potencialização, qualificação e ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem na UFSM. Os serviços oferecidos pelo programa abrangem atendimento psicológico, psicopedagógico, de orientação profissional e educação especial.

Segundo a coordenadora de Ações Educacionais da Universidade, Sílvia Maria de Oliveira Pavão, há cerca de 344 alunos em atendimento de diferentes naturezas, que vão desde apoio

pedagógico até orientações mais específicas. O estudante de Engenharia Química, Millór Silveira, participou de atividades do Ânima em 2016 e conta que as ações do programa foram bastante produtivas e o ajudaram a perceber em qual perfil se encaixava melhor. Além disso, ele afirma que o programa o ensinou a fazer um planejamento de estudos.

O Ânima fica localizado na sala 1109 do prédio 67 e, para solicitarem atendimento no programa, os estudantes devem entrar na página do Ânima (www.ufsm.br/anima) e preencher o formulário de Solicitação de Atendimento. Após o preenchimento do formulário e disponibilidade de horário, o núcleo entra em contato com o estudante e agenda o atendimento. Além do Satie e do Ânima, a UFSM conta também com a Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia (CEIP) junto ao curso de Psicologia da instituição. A CEIP foi criada no ano de 2001, sob a coordenação do Departamento de Psicologia, a partir da primeira turma de acadêmicos a passarem pela experiência de Estágio Específico do Curso. No início, a clínica possuía o nome de Serviço de Atendimento Clínico-Institucional (SACI), porém, o setor foi reestruturado até se tornar o que é agora. A equipe da CEIP é formada pela coordenação geral do curso de Psicologia, por uma coordenação técnica, um secretário, bolsistas, estagiários e extensionistas graduados do curso de Psicologia.

O serviço realizado pela Clínica é aberto à toda a comunidade. Segundo o coordenador da CEIP, Luís Fernando de Oliveira, as inscrições para atendimentos são feitas através de editais publicados periodicamente. Oliveira afirma que a procura é muito grande e que os atendimentos são realizados por estagiários a partir do 7º semestre do curso, com supervisão de um psicólogo. As sessões são realizadas na sala da CEIP, que é localizada no térreo do prédio 74B.

#NAOENORMAL

No ano de 2016, o Diretório Acadêmico do curso de Nutrição, do campus de Palmeira das Missões, lançou uma campanha de conscientização para os estudantes sobre os cuidados em relação à saúde mental. A campanha, que chegou também ao campus de Santa Maria através do Diretório Central de Estudantes (DCE) da época, recebeu o nome de #NãoÉNormal e foi trazida à Universidade para aproximar os estudantes ao debate sobre saúde mental. Segundo um dos integrantes do Diretório Acadêmico da Nutrição da época, Arlan Machado, outras universidades também fizeram parte da campanha, como a coletiva Enefar, da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Arlan conta que as hashtags foram criadas, impressas e espalhadas pelos campi. "O intuito era mostrar tanto para os nossos professores como para os pais que a gente sofre muitas vezes em silêncio. O legal é que muitos estudantes aderiram à campanha e se identificaram com as hashtags, o que fez a gente discutir entre nós e se colocar mais um no lugar do outro", conta. As hashtags continham frases como "Sentir culpa por sair no final de semana #NãoÉNormal", "Deixar de comer por falta de tempo #NãoÉNormal", entre outras manifestações de conscientização que apontavam problemas como má alimentação, falta de exercício físico e instabilidade emocional.

COMUNICAÇÃO: UMA QUESTÃO SOCIAL



COMUNICAÇÃO É UMA CAPACIDADE ESSENCIAL QUE AFETA DIRETAMENTE A VIDA DE UMA PESSOA. A CLÍNICA ESCOLA, DO CURSO DE FONOAUDIOLOGIA, BUSCA TRATAR ESSA QUESTÃO SOCIAL E TRAZER DIGNIDADE À COMUNIDADE QUE NECESSITA DE TRATAMENTO.

REPORTAGEM: AMANDA XAVIER E ELISA DE CAMPOS; FOTOGRAFIA: AMANDA XAVIER;
DIAGRAMAÇÃO: RUBENS GUILHERME SANTOS.

"Ele estuda de manhã, de tarde ele vai ao ASEMA (Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto) no Pão dos Pobres e daí fica fácil de eu pegar ele mais cedo. Eu tiro três dias da semana pra ele, de tarde no caso, ele vem segunda e quarta aqui, e quinta ele vai à psicóloga na FISMA, aqui eu não consegui. Tá no quinto ano já de tratamento, desde os três anos ele faz tratamento da linguagem, da fala" - essa é a rotina de Otávio Dornelles, sete anos, contada por sua mãe, Lisangela Dornelles, 42 anos, que o acompanha há cinco anos em seu tratamento fonoaudiológico. Lisangela é diarista e não mede esforços para ajudar seu filho: três dias por semana deixa de ir ao trabalho, pega um ônibus e vai de sua casa até ao Prédio de Apoio da UFSM, localizado na Rua Floriano Peixoto. Ao chegar, muitas vezes, tem ainda a difícil tarefa de subir sete andares de escada com Otávio, já que

é recorrente o elevador do prédio estar em manutenção. Entretanto, ela não mede esforços para chegar ao Serviço de Atendimento Fonoaudiológico (SAF), a Clínica Escola do curso de Fonoaudiologia.

A clínica cuida de casos fonoaudiológicos e "oferece atendimentos a partir de disciplinas práticas, estágios curriculares, projetos de extensão e de pesquisa, aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)" como explica Ana Paula de Souza, ex diretora da clínica e atual chefe de Departamento do curso de Fonoaudiologia. Ela esclarece ainda que eles são encaminhados por outros serviços de saúde e educação da cidade e da região, por profissionais como médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos. "Os pacientes abrangem vasta faixa etária, desde bebês até idosos. Eles são acolhidos, escutados e avaliados para definir a área de atendimento necessária para cada caso" detalha.

Assim como Otávio, milhares de pessoas usam o SAF para atender a demanda dos seus tratamentos. A Clínica Escola oferece um espaço para as práticas clínicas dos alunos de Fonoaudiologia nas grandes áreas de conhecimento clínico: linguagem, voz, motricidade orofacial e audição. A clínica atende pacientes da 4ª Coordenadoria Regional de saúde (4ª CRS), que abrange 32 municípios, ou seja, mais de 540 mil pessoas. De acordo com Ana Paula, o SAF realiza, em média, 1.000 assistências mensais, divididos nos estágios do setor terapêuti-

co, nos projetos de pesquisa e de extensão, atendimentos auditivos nos estágios e os de saúde auditiva, realizados pelo setor de prótese auditiva ligado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH.

Em contraponto com a quantidade de pacientes atendidos mensalmente, o SAF possui ao menos 1.000 pessoas na fila de espera acesso para atendimento. A saúde é um direito fundamental do ser humano, e o Estado deve prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, de acordo com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Valdelírio Durigon, de 73 anos, gostaria que essa lei fosse cumprida. Morador de Santa Maria, espera há três anos por uma prótese auditiva e somente agora conseguiu consulta para medição de seu aparelho. "Eu tenho que andar sempre fazendo perguntas, 'O que? Como?', porque quando eu converso aqui contigo é fácil, mas se tem mais pessoas, se eu me encontro com uma pessoa com um timbre diferente dificulta muito minha audição", desabafa o aposentado sobre como essa espera o prejudica. O SUS não disponibiliza número suficiente de profissionais da área para suprir a demanda das cidades da 4^a CRS. Com isso, Santa Maria acaba sobrecarregada e os pacientes da cidade e região podem, como Valdelírio, ficar anos na espera. A precarização do SUS implica na falta de suporte desses municípios, principalmente no que diz respeito da contratação de profissionais de áreas específicas, como fonoaudiólogos. Isso acarreta na inferiorização de tratamentos de cunho intelectual e comunicacional, muito importantes na construção do desenvolvimento social de uma pessoa.

A Clínica consegue oferecer atendimento de qualidade, já que conta com profissionais da Fonoaudiologia, de Psicologia, residentes da Otorrinolaringologia, docentes e os contratados pela EBSERH. Ana Paula ressalta que existem parcerias com outros profissionais que participam dos projetos de extensão ou de pesquisa, como do Programa de Pós-Graduação (PPG), o qual abrange psicólogos, fisioterapeutas, educadores, terapeutas ocupacionais, entre outros. "Dificilmente um paciente vem aqui e não é atendido, as alunas são bem responsáveis nesses pontos", explica a auxiliar em Saúde, Roseli Preste, de 42 anos, que atua na Clínica há um ano e meio.

O atendimento satisfaz a todos, devido à competência e responsabilidade dos profissionais. Segundo Ana Paula, as pesquisas têm permitido parcerias internacionais com pesquisadores dos Estados Unidos, França, Portugal, Chile e Canadá, o que acaba por se refletir nos atendimentos mais qualificados, já que a maior parte delas é de aplicação clínica. Pode-se notar o resultado da qualidade no respaldo que os pacientes dão aos atendimentos: "Eu gosto! Ele adora! Não quer faltar nunca, ele adora ir à 'fono', ir à aula. E como é uma coisa boa para ele, eu tô dentro! Aqui é muito bom", elogia Joselaine de Oliveira, 44, moradora de Santa Maria, que leva Natan Oliveira, seu filho de oito anos, uma vez por semana para tratamento de fala na Clínica.

De acordo com a vivência do estagiário Brian de Castria Pain, 20 anos, estudante do 3^º semestre do curso de Fonoaudiologia, "tem comunidades que não oferecem condições da criança se desenvolver de forma adequada e isso gera bastante atraso, tanto na linguagem como no desenvolvimento. Isso afeta na comunicação, no aprendizado, pode acarretar problemas psicológicos tanto para a criança como pra família, o paciente em si pode se reprimir". Trata também de restabelecer relações sociais e familiares, visto que, muitas vezes, problemas fonoaudiólogos resultam em dificuldades intelectuais que atingem diretamente essas relações. Tem um grande impacto na vida das pessoas, maior do que se imagina comumente. Como na vida do pequeno Otávio, do senhor Valdelírio e de Natan, ela tem o poder de transformar ao ajudar uma criança a falar, devolver dignidade para pessoas com dificuldades e facilitar a sua comunicação com o mundo.

A partir do ano que vem, os atendimentos deverão ocorrer no Campus, visto que a construção de um prédio novo para as dependências do curso, Departamento e serviços, está em fase de conclusão. O telefone de contato da clínica é (55) 3220 9239.





“NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS”

REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO: JÚLIA GOULART E PABLO FURLANETTO;

FOTOGRAFIA: JÚLIA GOULART; ILUSTRAÇÃO: ÍTALO PAULA;

COM MAIS DE 140 ESTUDANTES COM ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA, UFSM TENTA PROMOVER JUNTOS A ELES IGUALDADE E INCLUSÃO.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos já afirmava em 1948 que “todo o ser humano tem direito à liberdade de locomoção”. Agora, no século 21, a luta do direito de ir-e-vir não se restringe mais só às questões de deslocamento, mas também a outras dimensões que estão ligadas à acessibilidade, como o acesso à informação e a serviços básicos. Acessibilidade é tornar os espaços, meios e processos acessíveis a pessoas com deficiência. Trata-se de uma qualidade que deve estar presente em todos os aspectos da atividade humana. O desafio atual é construir um espaço de inclusão social que permita a igualdade de acesso. De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2010, existem 3.142.388 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência no Rio Grande do Sul, e 28% vivem em Santa Maria.

NA UNIVERSIDADE

O objetivo das universidades é oferecer um ensino de qualidade para todos e formar indivíduos capacitados e independentes, não só para o mercado de trabalho, mas também capazes de atuar nas suas comunidades como seres transformadores. Por isso, em 2007, a UFSM instituiu um Programa de Ações Afirmativas de Inclusão Racial e Social, que reserva 15% do total das vagas para estudantes que se declaram afrodescendentes, 20% para estudantes de escolas públicas e 5% para pessoas com deficiência, mas o caminho até se chegar nessas porcentagens é gradual e lento.

Todavia, não basta apenas que seja garantido o direito de ingresso - é imprescindível possibilitar a permanência e a participação efetiva desses acadêmicos nos seus cursos. Conforme

ingressavam e ocupavam seus espaços, surgiam novas necessidades de adequação dentro da instituição, que até então não estava preparada para lidar com pessoas que não enxergam, não falam, não ouvem ou têm alguma dificuldade de locomoção. De 2008 até o final de 2015, ingressaram 316 estudantes com deficiência, porém 88 abandonaram o curso e 22 cancelaram a matrícula. Isso significa que 34% deles não chegaram a se graduar. Para garantir a permanência e a conclusão da graduação, é preciso estabelecer formas de inclusão desses estudantes em todos os espaços: dentro da sala de aula, no Restaurante Universitário, nas bibliotecas e Unidades de Ensino.

Criado em 2007, o Núcleo de Acessibilidade tem suas ações voltadas para o acompanhamento dos estudantes com deficiências, com autismo, altas habilidades ou superdotados, desde seu ingresso até sua formatura. Além disso, é responsável por fornecer suporte de tecnologias e equipamentos relacionados à educação especial para toda a comunidade acadêmica e procurar adequações frente às barreiras pedagógicas, arquitetônicas, informacionais, comunicacionais e de deslocamento. Ele faz parte das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED) da UFSM, juntamente com o ANIMA (Núcleo de Apoio à Aprendizagem na Educação) e o Núcleo de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas.

Romeu Sassaki, especialista em inclusão e assistente social no Brasil, acredita que a inclusão “é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana [...] com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações”. Para ele, essas adequações fazem parte da acessibilidade e abrangem seis dimensões relacionadas ao lazer, trabalho e educação que exploraremos nas próximas páginas.



DIMENSÃO PROGRAMÁTICA

O pioneirismo da UFSM na reserva de vagas para pessoas com deficiência em 2007 serviu como exemplo para outras instituições federais. Contudo, a falta de incentivo ou conhecimento sobre os próprios direitos pode ser um dos motivos do baixo ingresso desses estudantes na universidade. A Lei Federal de 2016, de nº 13.409, especifica que o número de vagas ofertadas para esse público deve ser proporcional à quantidade da população que se autodeclara preta, parda, indígena ou com deficiência em todo território nacional. E a dimensão programática abrange essa quebra de barreiras invisíveis em decretos, leis, regulamentos ou políticas públicas que venham a impedir ou dificultar o acesso ao lazer, trabalho ou estudo.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (lei nº 13.146/2015 - 3º art. I) foi sancionado em 2015 pela então presidente Dilma Rousseff, e disserta sobre os direitos das pessoas com deficiência. O artigo 37, por exemplo, fala sobre inclusão no mercado de trabalho. De acordo com o técnico em Educação Especial do Núcleo de Acessibilidade, Cristian Sehnem, um dos paradigmas que devem ser eliminados dentro desse contexto são as relações de poder entre profissionais que trabalham com a inclusão. Segundo ele, "na tomada de decisões muitas pessoas com deficiência acabam submissas às vontades e escolhas dos demais".

Para consolidar iniciativas e proporcionar espaços de visibilidade, a .TXT não só problematiza a acessibilidade e a inclusão, como também propõe a criação de uma revista digital acessível para pessoas com deficiência visual. A ideia surgiu a partir de conversas entre o técnico Cristian, a professora Viviane Borelli e o diretor de imagem Rafael Bald. O objetivo desse primeiro projeto experimental é construir um PDF acessível que contenha audiodescrições do design e das fotos da revista para que a comunidade cega ou com baixa visão possa fazer a leitura de todo material jornalístico. Esse PDF estará disponível para ser baixado no segundo semestre de 2017 no site da revista: coral.ufsm.br/revistatxt/

O trabalho conta com o auxílio da Comissão de Audiodescrição da UFSM, que atua como consultora das descrições inicialmente produzidas pelos alunos. A finalidade do projeto é também construir um manual para que, posteriormente, possa ser usado por outras revistas da Universidade. Todo o processo conta com a participação das pessoas que terão acesso ao material: "nada sobre nós, sem nós", como aponta Cristian, é a principal premissa da inclusão.

DEFICIÊNCIA é "toda perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade", segundo o Decreto Lei nº 3.298 do ano de 1999.

As deficiências possuem várias causas: genética, problemas na gestação, no parto ou nos primeiros dias de vida. Ademais, podem ser consequência de uma doença transmissível ou crônica, de perturbações psiquiátricas, desnutrição, abuso de drogas, traumas e lesões. Há casos em que são decorrência de acidentes.

FONTE: Portal Brasil.





DIMENSÃO ARQUITETÔNICA

"Uma vez quase caí para trás, por causa da inclinação da rampa", comenta a acadêmica de Biologia Aline Dacul, sobre as rampas de acesso ao prédio 16. Essa é apenas uma das muitas barreiras arquitetônicas que passam despercebidas. A falta de rampas e de elevadores nos prédios básicos (do 17 ao 21 e do 40 ao 43); a existência de portas dos banheiros adaptados que abrem para dentro, o que dificulta a entrada de cadeiras de rodas; a utilização desses banheiros como depósito de materiais de limpeza e as calçadas estreitas demais para cadeirantes, são fatores que dificultam a mobilidade.

Ao ser questionado o pró-reitor de Infraestrutura, Eduardo Rizzatti, declarou que "estamos dotando os prédios de elevadores, na medida do possível, mas naturalmente isso vem de uma dependência de recursos. O outro passo é a própria acessibilidade entre os prédios que não têm elevador". Para amenizar o problema de acesso, foram instaladas rampas e elevações nos prédios básicos. No caso de alunos que tem dificuldade de mobilidade, a alternativa é solicitar junto ao Núcleo de Acessibilidade e à coordenação do curso troca de salas para um andar que seja acessível, mas nem sempre é possível.

Leopoldo Engroff, estudante de Desenho Industrial, possui as duas pernas amputadas devido à má formação congênita. Ele acredita que só a existência da cota B - a reserva de vagas para pessoas com deficiência - não é garantia de permanência: "a Universidade dá a possibilidade do ingresso, mas não de permanência".

“ A Universidade dá a possibilidade do ingresso, mas não de permanência ”

Já na Biblioteca Central, o acesso aos livros para alunos com cadeiras de rodas é mais um desafio. Aline diz que avisa antes de chegar ao local e só consegue entrar por uma porta nos fundos, no subsolo. Apesar de ter acesso ao primeiro andar pela rampa localizada em frente à Biblioteca, os estudantes com cadeiras de rodas não conseguem subir para a área de estudos no último andar, pois não existe elevador. A acadêmica conta que, no início do curso, pedia para alguém retirar os livros para ela, com seu documento de identidade: "Agora faz tempo que eu não vou porque dá muito trabalho", lamenta a estudante.

Os prédios na Casa do Estudante Universitário de Camobi (CEU II) não são acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida. De acordo com Angélica Iensen, assistente da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, somente os apartamentos dos andares térreos são disponibilizados para esse grupo, que têm prioridade para ingressar na CEU. "Existem casos de estudantes que por não conseguirem se locomover sozinhos, moram com seus pais dentro da CEU", declara Angélica.

Alguns alunos não dividem quartos com outros por causa de sua deficiência. É o caso de Kathucia Rodrigues, estudante de Direito que divide um apartamento para seis moradores com outras três pessoas com deficiência. A medida serve para facilitar a permanência deles na CEU, já que para pessoas cegas, por exemplo, existe a questão espacial e organizacional. Nada pode estar fora do lugar, pois isso pode acarretar algum acidente.

Aline e outros acadêmicos destacam a pista multiuso como um dos aspectos positivos do campus. Entretanto, o Pró-reitor de Infraestrutura frisa que a pista multiuso é apenas uma ferramenta para ajudar na acessibilidade, porque ela em si não foi construída para esse fim. Já a calçada tátil que está em construção sim, "isso é algo inimaginável em outras instituições, mas nós já estamos fazendo", comenta Cristian. A construção dos primeiros três quilômetros da calçada tátil iniciou no segundo semestre de 2016 e, futuramente, serão pavimentados mais cinco quilômetros.

Todavia, ainda falta acessibilidade nas ruas do campus. No Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), um aluno que se desloca com cadeira de rodas encontra dificuldades no percurso até a parada de ônibus. Nesse sentido, quando as obras da construção da parada de ônibus em frente ao 74 C estiverem finalizadas, os ônibus sairão do terminal em direção aos prédios 74A, B e C antes de ir ao Centro.

A UFSM também está realizando planos para implementar acessibilidade no prédio da Antiga Reitoria, no centro: "já está orçado e pretendemos implantar em frente à Antiga Reitoria, toda aquela área que compete à UFSM, uma





calçada acessível porque o prédio é carente e deficitário nesse quesito", salienta Rizzatti.

O Núcleo de Acessibilidade é consultado sobre as melhorias nas construções: "a equipe técnica, que são os arquitetos, fazem o projeto já de acordo com as normas da acessibilidade, questão de rampa, onde se coloca o piso tátil, mas naturalmente, quando tem relação com o pessoal, eles entram em contato", explica Rizzatti. No entanto, para a maior parte dos estudantes, as construções e modificações só acontecem depois que há reclamações: "Quando eu precisar e ver que ali não possui uma rampa, por exemplo, eu notifico o Núcleo e eles entram em contato com a Proinfra", conta Aline.

Uma alternativa encontrada por muitos estudantes para solucionar o problema do deslocamento é a utilização do

transporte disponibilizado pela instituição. Guilhermo Oliveira, acadêmico de Medicina, tem a perna esquerda amputada e, para ele, transitar entre os prédios da Universidade se torna algo cansativo e trabalhoso. Outro serviço que é disponibilizado pela Universidade é a entrega de almoços. Apesar do Restaurante Universitário (RU I) dar preferência de atendimento às pessoas com deficiência e existir uma mesa para uso exclusivo deles, Guilhermo é um dos estudantes que recebe seu almoço no prédio onde tem aula. Cristian, que trabalha no Núcleo de Acessibilidade, conta que a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) solicitou ao RU I o sistema que eles tem desse serviço, para poder aplicá-lo em Porto Alegre.



DIMENSÃO INSTRUMENTAL

Estudante de Ciências Sociais, Maicon Pierre tem deficiência visual desde sua infância e solicitou, para realização do Enem em 2016, leitores de prova e a utilização do Sorobá. Trata-se de um aparelho feito de madeira com fileiras de bolinhas que representam as unidades de medidas, que auxilia na realização de cálculos matemáticos. Para o assistente social Romeu Sassaki, a dimensão instrumental está ligada justamente à "acessibilidade total nos instrumentos e utensílios de trabalho: ferramentas, máquinas, equipamentos, lápis, caneta, teclado de computador".

Maicon morou parte da sua vida em Porto Alegre, mas é natural de Cachoeira do Sul. Após dois anos fazendo curso pré-vestibular, conseguiu passar na UFSM através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e utilizou seu direito às cotas para pessoas com deficiência. O acadêmico acredita que "só quando a educação de qualidade for igual para todo mundo, para todas as classes, aí que não se justifica a política de cotas. Mas ela é justa enquanto há essa defasagem e discrepância histórica na educação".

No primeiro semestre de 2017, o estudante comentou que teve dificuldade no acesso aos materiais didáticos. Ele utiliza o NVDA - software que lê oralmente todas as informações que estão escritas na tela do computador - contudo, o programa não é capaz de ler imagens, apenas textos. Além disso, o NVDA não foi desenvolvido para ler arquivos escaneados, já que são imagens. Maicon ficou preocupado porque alguns livros recomendados em sala de aula não eram acessíveis para leitura, então ele procurou a coordenação do curso: "Eles mandaram e-mail para o professor, o Núcleo entrou em ação e as dificuldades foram se extinguindo", comenta Maicon.

Para tornar os materiais mais acessíveis aos alunos, a Biblioteca Central conta com um acervo de livros para pessoas com deficiência visual, mesmo com a baixa adesão e a retirada desse tipo de material. Maicon gosta de passar seu tempo livre lendo e, recentemente, retirou livros como 'O nome da rosa', de Umberto Eco (disponível em CD) e 'Escrava Isaura', de Bernardo Guimarães (disponível em Braille). Por outro lado, ainda não houve nenhuma publicação de livro voltada ao público com deficiência visual pela Editora UFSM.



MAICON PIERRE, ESTUDANTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS



ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA

Adequar a metodologia de ensino-aprendizagem para que todos tenham acesso igual à informação é um dos desafios da acessibilidade. De acordo com Cristian, a falta de preparo dos docentes para lidar com estudantes que têm necessidades educacionais especiais ainda é um desafio. Dessa forma, o Núcleo de Acessibilidade prepara professores, técnicos e os próprios estudantes com a elaboração de projetos, como mini cursos de informática para pessoas com deficiência visual e oficinas de língua portuguesa para estudantes surdos.

Alguns docentes auxiliam no processo de aprendizagem e amenizam as dificuldades dos alunos com simples ações no dia-a-dia: “Têm lugares que não tem como eu chegar. Um dia, viajamos para São João do Polêsine e eu não tinha como subir porque era no meio do morro. A professora levou um monte de coisas da coleta lá para baixo para eu ver”, conta Aline Dalcul, que precisa realizar saídas de campo em algumas disciplinas.



ALINE DACUL, ESTUDANTE
DE BIOLOGIA

TEATRO E ACESSIBILIDADE

Desenvolvido e elaborado pela professora de Artes Cênicas, Márcia Bresseli, o Teatro e Acessibilidade faz parte do seu projeto de pesquisa. “A ideia dessa oficina é experimentar práticas de teatro em grupos de pessoas com e sem deficiência e entender a interação entre essas pessoas”, pontua. O projeto teve parceria com o Núcleo de Acessibilidade para divulgação entre os estudantes com deficiência. “eu me interessei em participar para me conhecer mais corporalmente. Era um desafio, algo novo que surgiu e foi feito para interagir com outras pessoas”, comenta Aline Dalcul. Além dela, mais três estudantes participam das oficinas.

No segundo semestre de 2016, foi feita uma pesquisa sobre as práticas e procedimentos e as oficinas começaram neste ano. “Nas oficinas pensamos muito nas hierarquias de corpos que têm a ver com como eu me relaciono com o corpo da Aline, como me relaciono com a cadeira da Aline”, conta a estudante de Artes Cênicas Vanessa Bressan. Ela ainda comenta que essas questões não surgiram se não houvesse essa possibilidade de interação entre pessoas com e sem deficiência.

A metodologia é organizada de forma a “fazer um espaço que todo mundo possa participar independente das suas especificidades corporais e sensoriais”, explica a professora Márcia. Dentro das oficinas são feitos exercícios para consciência corporal a partir de abordagens somáticas de

movimento, que são as formas como cada um se movimenta e como os corpos aprendem a receber outros corpos.

Juliana Gedoz Tieppo, que estuda Artes Cênicas, já assistiu a um teatro com atores surdos fora da Universidade, mas nunca havia participado ou ouvido falar de um projeto que trabalhasse da mesma forma que o Teatro e Acessibilidade. “Existe a falta de projetos com grupos mistos porque acho que existem poucos ambientes, principalmente dentro da Universidade, em que a gente pode se relacionar com pessoas com deficiência”. Para ela, esse é o diferencial do projeto. Aline Dalcul ressalta que a acessibilidade não se encontra somente na construção de rampas e elevadores, mas sim em espaços que possibilitem a interação entre as pessoas: “É um convívio diferente porque eu não deixo de ir porque eu não posso, mas sim porque eu quero ou não quero ir”.



DIMENSÃO COMUNICACIONAL

Natural de Cascavel, no Paraná, Caroline Fagundes é surda desde o seu nascimento. Quando se mudou para Santa Maria, ela frequentou a escola Reinaldo Coser para pessoas surdas e, quando optou por prestar o vestibular para Administração na UFSM, Carol, como prefere ser chamada, conta que a prova era toda feita em vídeo: "A intérprete vai fazer em língua de sinais e é muito mais claro para nós por sinais do que pela leitura. Porque a nossa primeira língua é a de sinais e não o português".

Antes de estudar na UFSM, Carol estudava em outra instituição, mas como era a única aluna surda da turma teve dificuldades de relacionamento com os outros colegas, que nem sequer tentavam interagir com ela. Já na UFSM a situação é bem diferente: "aqui eu tenho meus colegas que fazem trabalho comigo e trocamos bastante informações. Eles me ajudam e eu ajudo eles". Alguns colegas optaram por cursar a disciplina de Libras para conseguir se comunicar melhor com ela.

A Coordenadoria de Ações Educativas (CAED) possui atualmente 13 intérpretes que estão disponíveis para acompanhamento dos 29 alunos com deficiência auditiva da comunidade acadêmica segundo relatório de 2015. Qualquer professor também pode solicitar no site da coordenadoria intérpretes de sinais para eventos, palestras e oficinas; no site da coordenadoria.

Uma das dificuldades citadas por Carol é que os professores usam termos que não existem na língua de sinais e as intérpretes tem que fazer a datilologia. Ou seja, tradução letra por letra, o que não facilita a compreensão do conceito da palavra. Com o objetivo de diminuir os obstáculos comunicacionais, o CAED desenvolve atualmente o projeto Glossário Libras, que cria sinais para facilitar o aprendizado de conceitos específicos. "Eu sou filmada fazendo as coisas do meu curso. Faço o sinal, dou um exemplo e o conceito e também aparece uma imagem para explicar", comenta Carol. Os vídeos são disponibilizados na internet, no Portal da Coordenadoria, o usuário acessa, vê a palavra, seu significado e um vídeo com o sinal específico.



CAROL FAGUNDES, ESTUDANTE DE ADMINISTRAÇÃO



DIMENSÃO ATITUDINAL

A acessibilidade atitudinal está ligada com nossas ações e atitudes diárias diante das mais variadas situações. Um exemplo de atitude que devemos tomar cuidado é em relação à linguagem: até meados dos anos 2000, utilizou-se o termo "portadores de necessidades especiais", pois o uso da palavra "deficiência" tinha uma conotação ruim e era considerado rude. Atualmente, o termo adequado é "pessoa com deficiência". Cristian acredita que: "as pessoas não portam deficiência do mesmo jeito que você não porta um olho azul. Você não chega em casa e pendura a sua deficiência em um cabide, você permanece com ela pelo resto da vida".

Nascido em Santa Cruz do Sul, Cristian Sehnem perdeu a visão aos 20 anos por causa da diabetes. Após passar no concurso público para técnico administrativo, em 2014, mudou-se para Santa Maria e, desde então, trabalha no Núcleo de Acessibilidade. Para ele, toda a instituição deveria estar capacitada para receber as pessoas com e sem deficiência e o grande desafio é não tornar o Núcleo um espaço de exclusão que atenda somente uma parcela dos estudantes.

A falta de espaços culturais e de lazer inclusivos é um outro problema em Santa Maria. Na Feira do Livro deste ano, ocorreu a primeira oficina de

leitura inclusiva de todas as edições, ministrada por Angelita Garcia, representante da fundação Dorina Nowill para cegos. Por meio da desconstrução de estímulos sociais, a palestrante mostrou a importância da ação voluntária e como atitudes e palavras afetam o dia a dia da pessoa com deficiência. Produzir materiais, revistas, atividades e projetos que se preocupem com a inclusão de todos é exercitar empatia que é base à acessibilidade atitudinal.

Para Cristian, "a mãe de todas as acessibilidades é a atitudinal. O que falta na verdade é todo mundo abraçar essa causa". Para ele existe uma falta de interesse em saber da realidade das pessoas com deficiência e, por isso, acontecem situações constrangedoras e discriminatórias em ambientes de trabalho, locais de lazer e nas instituições de ensino. Divulgar e provocar as pessoas são maneiras de mostrar como é importante a acessibilidade.



RÁDIO UNIVERSIDADE: MEIO SÉCULO DE HISTÓRIA

REPORTAGEM: FELIPE BACKES E RAFAEL FAVERO

FOTOGRAFIA: AMANDA XAVIER E ARQUIVO GERAL | RÁDIO UNIVERSIDADE

DIAGRAMAÇÃO: FELIPE BACKES

“É com imensa satisfação que declaro instalada a Rádio da Universidade, neste momento e dentro dos princípios que nortearam nossa atuação ao estabelecermos, no coração do Rio Grande do Sul, a primeira Universidade criada no interior do Brasil.” Com essas palavras, o fundador da UFSM, José Mariano da Rocha Filho, inaugurava a Rádio Universidade no dia 27 de maio de 1968. Estava dado o primeiro passo para uma nova dimensão dentro da instituição. “Destruímos simbolicamente as paredes de nossas salas de aula e os muros de nossa Universidade!”. O discurso de inauguração do reitor deixava clara a empolgação que a novidade representava para uma instituição que tinha o pioneirismo como uma de suas principais características. Hoje, passado quase meio século do ato inicial, a Rádio Universidade busca se reinventar no cumprimento de seus objetivos.

ANOS 60: PRIMEIROS PASSOS

Tudo começou em meados dos anos 60. Para incentivar a tendência entre as universidades brasileiras de estabelecer o ensino a distância, o Governo Federal realizou em 1966, no Rio de Janeiro, um encontro preparatório para estabelecer diretrizes e formar profissionais para a instalação de emissoras televisivas universitárias. O escolhido por Mariano da Rocha para participar do evento foi o professor Quintino Oliveira, recém formado em medicina veterinária pela instituição e radialista santa-mariense. “Juntamente com representantes de várias universidades brasileiras, participei desse curso, em que nós aprendemos como ensinar qualquer disciplina pela TV. Nasciam os cursos a distância”, conta Quintino. Se-

gundo ele, a Universidade já preparava terreno para a instalação da TV, inclusive com a compra de equipamentos.

Mas o Governo Federal barrou os projetos e, naquele momento, o sonho de uma TV Universitária. Ciente da negativa, Mariano da Rocha começou a lutar por um canal de rádio. Para auxiliá-lo nesse processo, o reitor designou Antônio Abelin para cuidar da parte burocrática, Wilson Aita para a parte técnica e compra de equipamentos e o próprio Quintino Oliveira para estabelecer a programação educativa da emissora. “Aquilo que pretendíamos fazer na TV, nós iríamos tentar adaptar ao rádio”.

A inauguração ocorreu no terraço do sexto andar do prédio da então reitoria da Universidade. A solenidade de abertura foi simples, com a leitura do discurso de inauguração pelo reitor-fundador Mariano da Rocha e pelo próprio Quintino Oliveira. O primeiro grupo de radialistas foi escolhido a dedo. “Toda a equipe foi formada por convites para profissionais conhecidos. Começamos só com profissionais”, relata Quintino.

De cara, uma parceria com a Fundação Padre Landell de Moura foi firmada para que a emissora passasse a transmitir aulas que corres-

pondiam ao atual Ensino Médio, uma espécie de curso pré-vestibular no rádio. Ao Centro de Artes e Letras coube a execução de programas que tratassem de música erudita. Porém, a linha musical ia além disso. Tocava-se música popular, brasileira ou não. Qualidade era o critério. Como complemento, havia o noticiário da UFSM, local, regional, nacional e internacional.

ANOS 70 E 80: UMA PROGRAMAÇÃO CONSOLIDADA

Toca discos, trilhas, prefixos e comerciais entravam por cartucheiras. O que os ouvintes recebiam em casa pelo seu aparelho dependia totalmente do operador de áudio. As mixagens, as gravações, a transição da música para a locução; da gravação para o intervalo, enfim, a plástica do som estava nos dedos do técnico, independentes de bits digitais. Assim era o rádio romântico daquela época

Nem sempre foi possível sintonizar a UFSM nos 800 AM. Até 1976, a emissora operava em 1.320 kHz, com uma potência dez vezes menor que a de hoje, um quilowatt. No entanto, o Ministério das Comunicações deliberou uma frequência exclusiva para uso das rádios educativas no Brasil. Surgia ali os 800 kHz e os 10 quilowatts de potência, marcas que identificam a Rádio Universidade. "Em 800 AM, não somos obrigados a baixar a potência à noite. As outras, que são comerciais, têm que baixar a potência quando chega o pôr do sol. Isso é uma norma. Nós temos um alcance muito maior quando anoitece", afirma Carlos Roberto Dornelles, responsável técnico, e na época, operador de áudio da Rádio. Além da mudança de frequência, a Rádio Universidade mudou de local. No dia 26 de novembro de 1981 ela foi transferida para o Campus de Camobi, no décimo andar do prédio da Reitoria.

Foi nos anos 70 que se originou um dos projetos que mais marcaram os profissionais e os ouvintes da então jovem rádio. O programa "Era Uma Vez", comandado pela locutora Maria Elena Martins Mello, foi a única produção infantil para rádio que a cidade já teve. "Até hoje tem gente com 60 anos que fala que era ouvinte do Era uma Vez. A Maria Helena tinha um fã clube do programa com carteirinha. Foi um programa que marcou demais", conta Roberto Montagner, radialista da emissora. O Era Uma Vez ficou no ar até 1996. Outro programa que marcou os 800 AM foi o "Antes Que a Natureza Morra", apresentado durante mais de 26 anos por James Pizarro. Segundo uma matéria do Jornal Folha da Manhã, publicada em 1978, o "Antes que a Natureza Morra" foi o primeiro no Brasil a tratar de Ecologia nas ondas do rádio.

Em 1981 surgiram os programas mais antigos que ainda permanecem na grade da emissora. Em junho daquele ano começava o Faces do Brasil, protótipo do Informe Cultural, exibido até hoje na faixa das 13h, de segunda a sexta, e apresentado por Roberto Montagner. Em outubro, Sérgio Carvalho gravava o primeiro Radar Esportivo com entrevistas com Léo Batista e Fernando Vannucci, então TV Globo, e Ruy Carlos Ostermann, da Rádio Gaúcha. O Radar Esportivo é conduzido atualmente por alunos dos Cursos de Comunicação da UFSM.

ANOS 90: RÁDIO ESCOLA E A QUEDA DA TORRE

Os anos 90 foram marcados por profundas mudanças na Rádio Universidade. O jornalismo começou a fazer parte da programação e passou a dividir espaço com os programas educativos. A partir da gestão da diretora Áurea Evelise Fonseca, de 93 a 97, que a Rádio começou a criar a identidade de programação que possui atualmente. "As manhãs começaram a ser essencialmente jornalísticas e de preferência ao vivo. Dessa forma, música só ia ser tocada no final da manhã em um programa jornalístico-cultural, antes de um noticiário ao meio dia e do programa do sindicato", conta Áurea. Além disso, coberturas de eventos externos também entraram na grade da emissora, como eleições e os tradicionais festivais nativistas.

Outro fato marcante da época foi o desenvolvimento do projeto Rádio Escola, que passou a incluir os estudantes de Comunicação Social da UFSM na Rádio. Quem assumiu o projeto foi o professor Paulo Roberto Araujo. Sob sua chancela, em 1995 o projeto foi posto em prática. Na época colocar um estudante no ar, ao vivo, era tido como loucura por professores de outras universidades. "Eles achavam uma ideia absurda, mas eu sempre defendi isso. Eu sempre pensei: se os alunos da área da Saúde têm toda a prática deles dentro do Hospital, em funcionamento, porque na Comunicação não pode ser assim?". O carro-chefe do projeto era o programa "RadioAtivo", que ia ao ar toda quarta-feira com duas horas de debates sobre os mais variados assuntos. "Quarta-feira era dia de agito na redação", relembrava Áurea.

A Rádio vivia um de seus melhores momentos quando um imprevisto aconteceu. Em fevereiro de 1994 a torre de transmissão caiu, deixando a rádio fora do ar por duas semanas. A torre ficava na sede campestre da Associação dos Servidores da UFSM, próximo à BR-392.



Devido ao solo extremamente úmido, houve infiltração nas bases de sustentação e a estrutura não conseguiu suportar o peso da torre. Para manter a Rádio no ar durante o tempo em que a nova antena era construída, a solução encontrada foi uma antena horizontal, feita com arames e que restringia o sinal a alguns poucos locais da cidade.

O novo parque de transmissões seria inaugurado apenas em novembro do ano seguinte. A torre agora se localizaria na "área nova" da universidade. A nova antena possui seis cabos verticais (monopolos) ao redor da estrutura metálica. "Ela se torna uma torre mais grossa e melhora a qualidade do áudio, tem uma resposta de frequência melhor que as outras, com graves melhores e agudos melhores", explica Dornelles. Essa nova antena aliada aos 10 kW de potência garante um raio de 200 km de alcance do sinal. "À noite reduz um pouco, mas em compensação aumenta lá na área reflexiva, acima de 300 ou 400 quilômetros", completa Dornelles.

Já no final da década iniciou-se o processo de modernização da emissora. Em 1997 chega a tecnologia Minidisk (MD), que substituiu as cartucheiras. Em junho do ano seguinte a Rádio passou a ter programação 24 horas por dia e em setembro de 1999 transmitia ao vivo toda a sua programação também via internet. Esses eram apenas indícios do que estava por vir.

ANOS 2000: A ERA DIGITAL

Os anos 2000 marcaram a informatização da Rádio Universidade. A emissora passou por uma transformação física em seus estúdios, com a instalação de uma moderna mesa de áudio. A emissão da programação passou a ser feita por computador. Em 2006 ocorreu a modernização dos microfones e a otimização dos estúdios, com remodelações no espaço físico da emissora. Atualmente "tudo é digital. Não trafega mais áudio pelos fios", lembra Dornelles. "Os consoles recebem digitalmente, tudo em bits e trafegam em bits, e só se transforma em áudio lá no transmissor. Isso nos oferece uma



qualidade muito boa, uma estabilidade muito boa, uma pureza, uma fidelidade", completa.

Em termos de equipamento, a Rádio Universidade está muito bem servida. A emissora utiliza o mesmo sistema que grande rádios do Rio Grande do Sul e do país. "Estamos evoluindo. Eu diria que é a melhor estrutura de Rádio de Santa Maria, sem desmerecer as demais, apenas comparando", afirma Dornelles.

O FUTURO: UMA RÁDIO FM

No início dos anos 2000, algumas emissoras educativas do Brasil demonstraram interesse em adquirir um espaço em FM. Em 2003, a UFSM enviou um ofício ao Ministério das Comunicações pedindo um canal de rádio, que já havia sido previamente destinado à cidade pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O pedido foi registrado e só agora, em 2017, o sonho está em vias de se tornar realidade. "Eu imaginei que seria mais rápido, pois como seria uma rádio educativa, sem fins lucrativos, e era a Universidade Federal pedindo, ou seja, era o Governo pedindo para o próprio Governo. Mas era muita burocracia. Era uma briga constante" relata o ex-diretor da Rádio, Celso Franzen.

Agora, 14 anos depois, o prefixo em frequência modulada (FM será efetivamente implantado). Dentro do cronograma, as demandas técnicas estarão resolvidas até final de junho. Carlos Roberto Dornelles afirma que 95% do equipamento necessário já está comprado, incluindo um transmissor italiano top de linha no mercado. Resta ainda a instalação da torre e uma reforma na casa que receberá o equipamento de transmissão, ambos no Morro da Caturrita. Os estúdios já tem lugar definido: o atual estúdio de gravação da Rádio AM será o estúdio principal da FM.

A nova rádio vai operar na frequência 107.9, com 3 KW de potência. O sinal da Rádio Universidade cobrirá melhor Santa Maria. Os morros que as ondas do AM ultrapassa, dessa vez, refletirão as ondas do FM, fazendo com que os ruídos praticamente desapareçam. Vale lembrar que a Universidade irá manter sua rádio no dial do AM, pelo menos por enquanto, já que a migração é uma realidade da qual não se pode fugir. A UFSM ainda estará nos rincões mais longínquos, nos bons e velhos rádios à pilha e estará também cada vez mais perto da sua cidade, nos rádios dos carros e nos celulares.



INAUGURAÇÃO DOS ESTÚDIOS NO CAMPUS - 1978



PRIMEIRA MARCA DA RÁDIO UNIVERSIDADE - 1968



PRIMEIRO ESTÚDIO - 1969



INAUGURAÇÃO DA CASA DE TRANSMISSÃO E NOVA TORRE - 1995

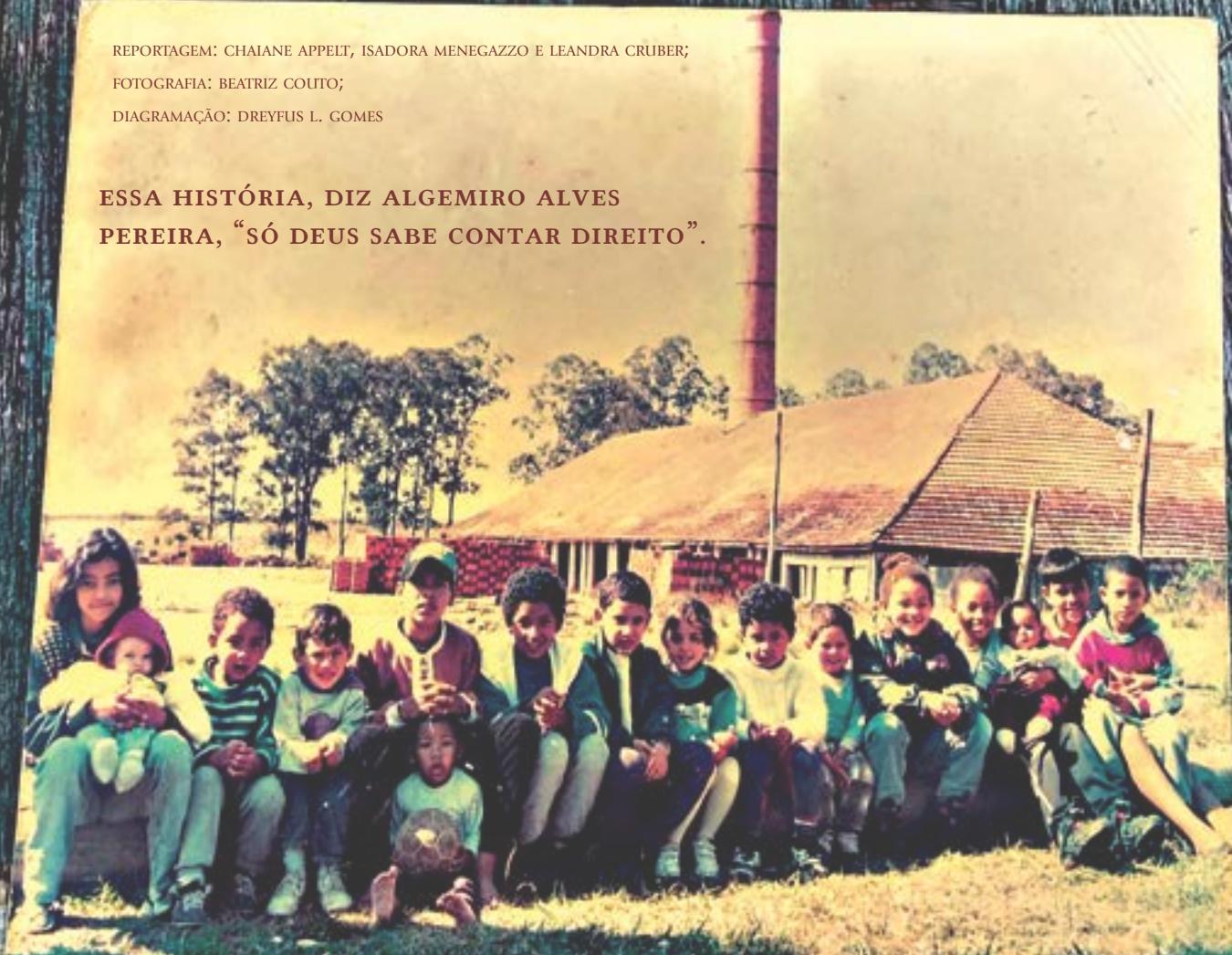
MESMOS TIJOLOS, DIFERENTES DESTINOS

REPORTAGEM: CHAIANE APPELT, ISADORA MENEGAZZO E LEANDRA CRUBER;

FOTOGRAFIA: BEATRIZ COUTO;

DIAGRAMAÇÃO: DREYFUS L. GOMES

ESSA HISTÓRIA, DIZ ALGEMIRO ALVES PEREIRA, “SÓ DEUS SABE CONTAR DIREITO”.



Um pedaço de terra situado atrás do Centro de Eventos, próximo às piscinas térmicas do Centro de Educação Física e Desporto (CEFD), foi objeto de litígio na Justiça durante 12 anos. De um lado, a UFSM – uma instituição de ensino superior conceituada –, detentora de 1.837,72 hectares, frequentada por 26 mil alunos; do outro, Algemiro e Anahyr Alves Pereira – um casal de 85 e 87 anos, respectivamente. O motivo? Determinar quem, de fato, tem a propriedade e a posse do local.

O processo judicial começou em 2005. A história, no entanto, é muito mais antiga. Na década de 1950, José Mariano da Rocha Filho empreendeu esforços para que fosse construída a primeira universidade pública fora de uma capital. Para que funcione nos moldes que conhecemos, além de professores e alunos, é preciso que haja uma estrutura física. Naquela época, a Associação Santa-mariense Pró-Ensino Superior (Aspes), que reunia as principais lideranças políticas e sociais de Santa Maria, investiu o montante necessário para que fosse feita uma olaria, onde seriam produzidos os tijolos destinados às edificações. A Olaria localizava-se na entrada do campus, onde hoje se encontra o Centro Comercial. Nos anos de 1960, o crescimento da UFSM levou os administradores a acreditarem que era hora de removê-la de perto do arco.

O fabrico de tijolos exige técnica. O barro utilizado deve ter liga e maleabilidade; as máquinas devem estar reguladas para que pequenas pedras sejam eliminadas; os tijolos precisam secar naturalmente durante alguns dias e, finalmente, a parte mais delicada: é preciso que eles sejam “queimados” durante 50 horas ininterruptas à temperatura adequada. Em 1960, Algemiro Alves Pereira era o homem ideal para essa função.

Algemiro começou a trabalhar aos 8 anos de idade. Passou por muitos empregos até se estabelecer como caldeiro numa fábrica de tijolos em Canabarro, então distrito de Santa Maria. Quando foi convidado para trabalhar na olaria da UFSM, já tinha a experiência necessária para o ofício.

Ao chegar, Algemiro não se estabeleceu imediatamente na área. Ele precisou de dois anos para edificar a casa onde morou com sua jovem esposa, Anahyr. Os dois tiveram 14 filhos que acabaram envolvendo-se com a fabricação de tijolos, inclusive as crianças. Marta Pereira, uma das filhas mais velhas, lembra da época em que ela e os irmãos empilhavam tijolos frescos para secarem nas prateleiras. Quando cresceram, alguns dos filhos do casal continuaram trabalhando na Olaria, outros em empresas terceirizadas que prestam serviços na Universidade. A maioria deles, desse modo, não viu motivo para sair dali. No final de 2016, havia 30 casas circundando a moradia original de Algemiro.

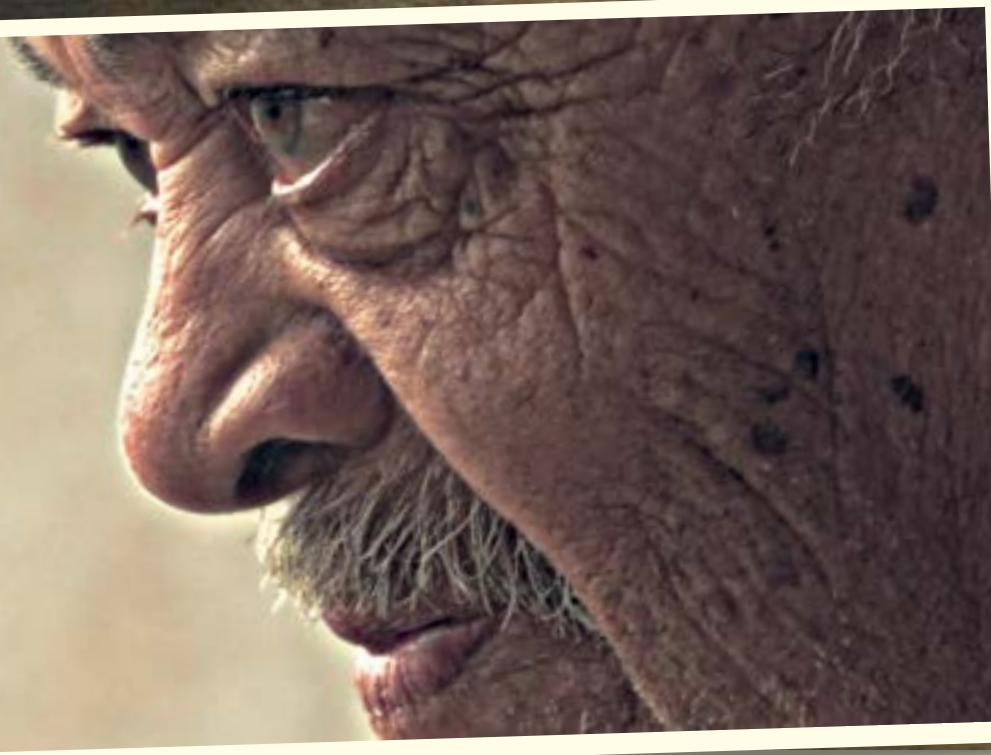
O USUCAPIÃO

Em 11 de janeiro de 2005, Algemiro e sua companheira entraram com um processo na Justiça Estadual, requerendo o usucapião de uma área de quatro hectares, que englobava o local onde estavam as moradias, mas não incluía a Olaria em si. Já havia transcorrido 36 anos de residência no local. Muito mais do que os 10 anos que as ações de usucapião exigem. Não contavam, todavia, com um detalhe simples da legislação brasileira: é impossível usucapir qualquer propriedade federal. O processo de requerimento de posse de uma propriedade ou bem só é válido se este for originalmente de uma pessoa ou entidade privada.

GLOSSÁRIO

USUCAPIÃO: Usucapião é o direito que um cidadão conquista em relação à posse de um bem móvel ou imóvel em consequência do seu uso por um lapso temporal, contínua e incontestadamente, como se fosse o real proprietário desse bem. Para que o direito seja reconhecido, é preciso que sejam atendidos pré-requisitos previstos na lei, especialmente no Código Civil e na Constituição Brasileira.

FONTE: www.direitonet.com.br/resumos



Mesmo assim, o casal recebeu parecer favorável em primeira instância porque a área total da UFSM é composta por diferentes partes que foram adquiridas, doadas ou desapropriadas. No caso em questão, o lote onde os moradores viviam pertenceu até 1979 à Aspes – uma entidade privada –, quando então foi oficialmente desapropriada pela UFSM. Os depoimentos registrados na sentença do processo comprovam que Algemiro estava lá muito antes, desde, pelo menos, 1964. Conforme sentença da juíza Simone Barbisan Fortes, esse lapso temporal justificaria o usucapião.

A história, no entanto, não tem um final feliz para Algemiro e as outras 30 famílias que ali residiam. Nas instâncias superiores, a Justiça negou a posse da terra aos moradores, ao entender que, embora o registro só tenha sido dado em 1979, a UFSM já era proprietária da área muito antes. Assim, de autores, o casal passou a ser réu numa ação de reintegração de posse. No final de 2010, no cinquentenário da UFSM, a instituição entrou com a ação que resultaria na expulsão e na destruição das moradias daqueles que ajudaram a construí-la.

A REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Foram sete anos de tramitação judicial. No dia 22 de março de 2017, esgotado o prazo legal, os moradores tiveram que deixar suas casas. As 31 famílias expulsas pela reintegração de posse vivem, agora, em lugares distantes e separados, diferente da realidade anterior. Na audiência

conciliatória que deu fim ao processo, a Prefeitura, por meio da Secretaria de Habitação e Regulamentação Fundiária, se propôs a fazer a doação de uma área pública para os moradores. O terreno, localizado no bairro Nova Santa Marta, região oeste de Santa Maria, inclui um lote de cerca de 200m² para cada família. A demarcação dos lotes foi a única obrigação assumida pela Universidade. “Ou seja, eles não iam fazer nada. Eles iam chutar eles [os moradores] e ponto”, indigna-se Lauro Bastos, atual advogado das famílias.

Não houve indenização aos moradores. O procurador jurídico da Universidade, Rubem Corrêa da Rosa, explica que a Procuradoria Geral da União precisa necessariamente entrar com processo de reintegração de posse nesse caso, já que cabe ao órgão defender a propriedade pública. Perguntado sobre os motivos pelos quais a UFSM não entrou com esse pedido antes, pois a ocupação da área era de conhecimento público, o procurador argumenta que pode ter havido um erro histórico. O termo e a taxa de permissão que são recolhidos de quem reside na UFSM nunca foram cobrados dos moradores. Tampouco foi exigido que eles deixassem a área em que moravam quando se aposentassem, como costuma acontecer.

O procurador defende que a Universidade fez tudo que estava ao seu alcance: “Não pode fugir da esfera de atuação pela lei, a Universidade deve fornecer ensino, não assistência social”, declara. José Luiz de Moura Filho, professor de direito urbanístico na UFSM, reconhece que a área onde se localizavam as casas “estava destinada a uma função fim que não é típica da universidade, que era habitação”, mas lembra que a moradia é um direito social básico do indivíduo: “Quem não tem a sua casa, quem não tem uma habitação, quase não tem os outros direitos”.

Wagner Bitencourt, secretário de Habitação, argumenta que “a participação do município foi de mãe, porque ele acolheu essa comunidade”. O novo terreno foi cedido e a Secretaria, de fato, se comprometeu em notificar as concessionárias de água e energia elétrica para que fizessem a instalação das redes. Contudo, o advogado das famílias, Lauro Bastos, acredita que o acordo deixou brechas ao determinar que “o município cede a área sem necessidade de co-

locação imediata dos equipamentos urbanos: água, luz, saneamento básico". Por isso, no momento em que o prazo de saída se esgotou, as obras no terreno doado não haviam sido realizadas.

Além de ser, nas palavras de Lauro Bastos, "um local ermo, sem luz, abandonado", os núcleos familiares alegam não ter condições financeiras de juntar o montante necessário para a construção de novas residências. Daiana Souza Soares de Souza, 33, não pensa em residir em Nova Santa Marta tão cedo. "Se morar aqui no São José [em Camobi] é complicado, imagina morar lá no Nova Santa Marta, ainda mais sozinhos. Aí eu vou ter que parar de trabalhar, porque como é que eu vou deixar meus filhos sozinhos?".

Ela e a família ainda têm dúvidas sobre a propriedade do local: "Foi falado que ia ser doado, ia ser dado. Mas ali nos papéis tá que a gente não pode alugar, não pode hipotecar, não pode vender, não pode fazer nada. Então não é meu". Legalmente, as áreas doadas pelo poder público para moradia precisam ser usadas com esse fim por pelo menos cinco anos, antes que a propriedade lhes seja assegurada. Até o final de junho de 2017, nenhum morador havia se mudado para a área doada.

O processo segue em aberto, até que seja feita a instalação de água e luz. A primeira impressão é de que essa história não tem fim, mas uma das moradoras é categórica: "Pra nós já terminou. Nós perdemos tudo."



NOVA VIDA

Luciane Pereira, 35, cresceu na área da Olaria. A casa dela hoje é apenas uma pilha de escombros, reconhecível pelos vestígios de rosa claro do reboco das paredes. A moradia antiga fora construída com o dinheiro da rescisão de contrato do marido, que trabalhou por 20 anos no Restaurante Universitário (RU) do Campus. O dinheiro não fora suficiente, por isso eles fize-

ram um financiamento. "Ninguém roubou aquelas casas, cada um construiu do seu suor. E a gente perdeu tudo. Eu tenho mais três anos de financiamento daquela casa pra pagar", lamentou, enquanto embalava o filho mais novo, Davi, de 6 meses, na porta da casa alugada onde vive com o marido, os filhos e a mãe.



Outra família, que morou na Olaria, é a dos Souza e Oliveira. Eles se estabeleceram ali 38 anos atrás, quando seu Manoel Amauri Souza foi contratado para trabalhar na olaria. Ele revezava o cuidado das caldeiras, em turnos de 12 horas seguidas. Hoje, aos 71 anos, mora sozinho em Arroio do Só, na zona rural de Santa Maria. Manoel Mauri trabalhou como vigilante na Universidade por 23 anos e todo o dinheiro que recebeu ao se aposentar foi investido na casa. Quando teve certeza de que a reintegração de posse era irreversível, se mudou e queimou todas as notas fiscais do que gastara para construir a residência. Não vê o porquê de guardar lembranças de uma vida que já não existe.

AS MULHERES

Lavar roupa para fora foi a principal atividade de Anahyr Pereira durante muitos anos. Os clientes principais eram professores e funcionários da Universidade. Como a maioria das mulheres de seu tempo, enquanto o esposo Algemiro trabalhava na olaria, ela assumiu a responsabilidade de criar os filhos, que hoje se desdobram para cuidar dela. Diagnosticada com Alzheimer, perde a memória aos poucos. Sai de casa apenas quando vai ao médico e, ao retornar, por vezes se recusa a descer do carro e entrar numa casa que não reconhece como sendo sua. Algemiro e Anahyr vivem numa residência alugada em Camobi.

"Os idosos foram arrancados dali", explica Marilei Ferreira de Souza, 35. Em frente ao Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), ela e o pai, Estanatiel de Souza, aguardavam o veículo da prefeitura de Restinga Sêca, localizada a 60 quilômetros de Santa Maria. Quando a reintegração de posse veio, Marilei foi obrigada a se mudar para uma casa emprestada por familiares no interior de Restinga. Lá, tem a tutela de seis parentes: além de seu pai, cuida de mais três idosos, uma prima que perdeu a capacidade de caminhar em um acidente, e a filha desta última, de quatro anos de idade. Ela vê o marido apenas aos finais de semana. Nos dias úteis, ele permanece em Santa Maria, onde trabalha, e mora provisoriamente na casa de um de seus cunhados.

Em 2016, os moradores tiveram a energia elétrica cortada, por determinação judicial. Foram aproximadamente 55 dias em que as geladeiras desligadas impossibilitaram Marilei de manter refrigeradas as insulinas que Estanatiel faz uso. Todas tiveram que ser descartadas. Os moradores admitem que não pagaram luz enquanto moravam ali, o que configura "furto de energia". Nesse mesmo ano, contudo, eles reuniram mais de R\$ 35 mil para a instalação de uma rede elétrica dentro dos critérios técnicos e legais. "Lógico que nós – entre ver a nossa casa derrubada, destruída – a gente ia preferir pagar [a luz]. Mas não vieram cobrar de nós", justifica.

Agora, além da energia elétrica, ela precisa arcar com os remédios do pai e dos outros tutelados. Os gastos não lhe permitiram alugar uma casa em Santa Maria, próxima ao Hospital. Afastados da cidade e dos centros de saúde, somente no mês de maio, Marilei e o pai vieram ao HUSM sete vezes. "Em Restinga, só tem possinho [de atendimento básico]", explica.

Maria Madalena Bastos Alves Pereira, 47, é uma das filhas de Anahyr. Por morarem em bairros diferentes, Maria visita a mãe menos do que gostaria. As dificuldades em lidar com a saúde de seu núcleo familiar aumentaram depois da reintegração de posse. Maria mora com as filhas Rute e Rebecca – de 13 e 11 anos - em uma residência alugada na zona leste da cidade. Em função da necessidade de acompanhamento médico, Maria precisa viajar mensalmente a Porto Alegre: "Quando a mãe viajava, os meus primos mais velhos e as minhas tias era como se fosse uma segunda mãe. Sempre perguntavam, sempre iam lá ver o que a gente queria", relembrava Rute. As idas à capital continuam: uma vez Maria vai sozinha e solicita a marcação da consulta, na outra leva Rebecca. Os parentes, contudo, não podem mais ajudá-la.

A OLARIA

Os moradores tiveram que sair, mas a Olaria em si continua funcionando. Nas últimas décadas ela deixou de fornecer tijolos apenas para a Universidade. O atual locatário das máquinas, dos galpões e do lote de 17 hectares de onde vem a matéria prima é Carlos Alberto Odorissi, proprietário da Cerâmica Terracota LTDA. Desde 1992, ele aluga a propriedade e mantém as licenças ambientais necessárias para a extração do barro, que chega a render 240 mil tijolos por mês na época mais produtiva do ano.





O ponto nevrágico da questão é que, embora Carlos Odorissi pague aluguel regularmente há mais de 20 anos, a UFSM nunca recebeu dinheiro. O contrato de Carlos é com a Fundação Educacional e Cultural para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Educação e da Cultura (Fundae), herdeira dos títulos da extinta Aspes.

Diante dessa situação, a Universidade entrou com outro pedido de reintegração de posse, tendo como alvos a própria Fundae e a Cerâmica Terracota.

O advogado da Fundae, Giorgio Blattes, alega que a Aspes (atual Fundae) doou para a UFSM a área onde hoje está a Olaria. A UFSM preferiu construir em outro terreno pertencente a Aspes/Fundae e acordou em ata do Conselho Universitário (Consu) de 1973, que seria feita uma permuta entre as áreas, de modo que a Fundae acabasse por ficar com a Olaria e a terra onde ela se localiza. A decisão do Consu não se materializou em escritura, e a UFSM, mais de 40 anos depois, alega que os 17 hectares onde

estão localizados os galpões e a jazida de extração do barro são seus. Carlos Odorissi se coloca à parte nessa discussão e promete que vai continuar trabalhando ali enquanto for permitido. "Eu tenho um contrato, eu tô aqui de direito e de fato. Eu tenho contrato até o ano de 2021, com a Fundae", defende.

O futuro da área onde ficavam as casas ainda é incerto. Nenhum projeto para o local foi divulgado. Em nota publicada em março de 2017, o reitor Paulo Burmann explica que a UFSM "dentro dos limites que a legalidade impõe", tentou juntamente com a Prefeitura, "equacionar o problema social e humanitário envolvido". Entretanto, moradores como Algemiro e Marilei são enfáticos ao afirmar: "a Universidade lavou as mãos".

O certo é que, por enquanto, a estrutura da olaria deve continuar lá, cercada pelos destroços de mais de 30 benfeitorias demolidas. Uma nenhada de cães que não puderam ser levados por uma das famílias, serve agora de guarda para as ruínas, lembrando a quem passa por ali que aquele já foi um lugar de muita vida.

Os tijolos em pedaços, espalhados pelo chão, são feitos do mesmo barro que preenche as paredes dos prédios da UFSM. O destino de quem habita os dois locais, no entanto, foi bem diferente. Na casa do conhecimento, a educação é um direito, a moradia não.

A Associação Santa-mariense Pró-Ensino Superior (ASPES) teve início no ano de 1948 a partir de uma reunião onde se encontravam José Mariano da Rocha Filho, o prefeito da cidade, o presidente da câmara de vereadores, bispos, etc. Além de contar com o apoio de integrantes do movimento de criação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Santa Maria. O objetivo era a construção de uma entidade para o incentivo ao crescimento do ensino superior em Santa Maria. José Mariano da Rocha Filho foi o primeiro presidente da associação. Após a criação da Universidade de Santa Maria, em 1962, a ASPES tornou-se a FUNDAE (Fundação Educacional e Cultural para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Educação e da Cultura).

FONTE: <http://fonte.ufsm.br/>

CAMOBI:

UMA OPÇÃO EM ALTA

REPORTAGEM: DREYFUS L. GOMES E STÉVÃO LIMANA;

ILUSTRAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: DREYFUS L. GOMES

NO PASSADO, CAMOBI FOI APENAS UMA ÁREA RURAL DE SANTA MARIA. HOJE, É UM DOS MAIORES BAIRROS DO MUNICÍPIO. ENTRE MUDANÇAS E EVOLUÇÕES, A URBANIZAÇÃO TEM SIDO INTERMITENTE PELAS RUAS E AVENIDAS, HAVENDO MUITA CONCORRÊNCIA NO SETOR IMOBILIÁRIO SANTA-MARIENSE.

Com um dos maiores polos universitários do Brasil, o setor de comércio e serviços representa para Santa Maria 84,36% do PIB – aproximadamente R\$ 4,9 bilhões de um total de R\$ 6,47 bilhões, segundo dados de 2014. Boa parte destes valores se deve à presença de universitários no município, seja da UFSM ou de outras instituições de ensino superior. O setor imobiliário está entre um dos que mais contribui para geração de renda.

É notório que nos últimos anos Santa Maria investiu no ramo de imóveis, pois cada vez mais prédios tomam conta de ruas e avenidas. É comum caminhar e poder notar ao redor inúmeras construções em andamento. A procura de imóveis por parte dos estudantes é grande, principalmente no primeiro trimestre de cada ano – época que as imobiliárias são mais solicitadas. É o que conta Luiza Dias, da Imobiliária Ideal: “Com toda certeza, janeiro, fevereiro e

março, são os meses de maior congestionamento na imobiliária. A gente não para”. Após a divulgação do resultado do SiSU, calouros de todo Brasil migram ao coração do Rio Grande em busca de seu futuro.

Com o fim do vestibular, o tipo de público que procura o setor imobiliário santa-mariense mudou. Estudantes oriundos de outros estados, – principalmente do Sudeste – embarcam rumo à região central gaúcha. A supervisora de vendas da imobiliária Itaimbé, Daniele Segarbinazi, salienta que: “Com o advento do Enem, todas imobiliárias precisaram se adaptar nas questões de documentação e fiadores. O seguro-fiança, por exemplo, é algo que não trabalhávamos antigamente, mas nos vimos obrigados para poder ter mais demanda.”

Se há uma década, a busca intensa por apartamentos próximos ao centro fazia com que estes fossem supervalorizados, com altas cifras pedidas pelas imobiliárias, na atualidade, o cenário se desenha de forma diferente. Existe praticamente uma inversão, que torna os valores das locações em Camobi equiparáveis ou superiores às do Centro. E esta crescente demanda fez com que, cada vez mais, imobiliárias se desloquem ou abram filiais no bairro, como é o caso da Jair Behr.

Camobi já foi somente uma mancha verde no mapa. Seu desenvolvimento se dá principalmente a partir da implementação da UFSM na



zona leste santa-mariense, em 1960, mas o crescimento real é relativamente recente, a partir da década de 1990. A densificação se dá, principalmente, pela substituição de residências unifamiliares simples por edifícios, em grande maioria, que abrigam universitários.

A busca destes estudantes se dá, especialmente, por residências (na maioria, apartamentos) próximas ao campus da UFSM. Desta maneira, locações próximas ao bairro Camobi atraem um vasto número de universitários. Consequentemente, onde há demanda, há oferta. O crescimento do setor terciário em Camobi também tem aumentado muito. Lojas e empresas de bens de consumo tomam lugar, principalmente na avenida Evandro Behr, na RS-509.

A necessidade, muitas vezes, está à frente de outros fatores. Rafaela Inda, 21 anos, veio de Uruguaiana em 2015 para estudar Engenharia Sanitária Ambiental, na UFSM. Mora no edifício Dona Almerinda, administrado pelo Banco de Imóveis, na Rua Vereador Erly de Almeida Lima, paralela à Avenida Roraima, que dá acesso à UFSM. Embora os preços não sejam tão acessíveis no local, ela conta que a proximidade da Universidade – dez minutos a pé, em relação ao prédio onde estuda – influiu diretamente na escolha do local de moradia. Dividir com um amigo foi a saída encontrada para reduzir os custos.

Também há quem prefira morar mais distante da Universidade e mais próximo do centro. Gabriele Couto, 19 anos, veio da cidade vizinha de Restinga Sêca em 2016 para estudar

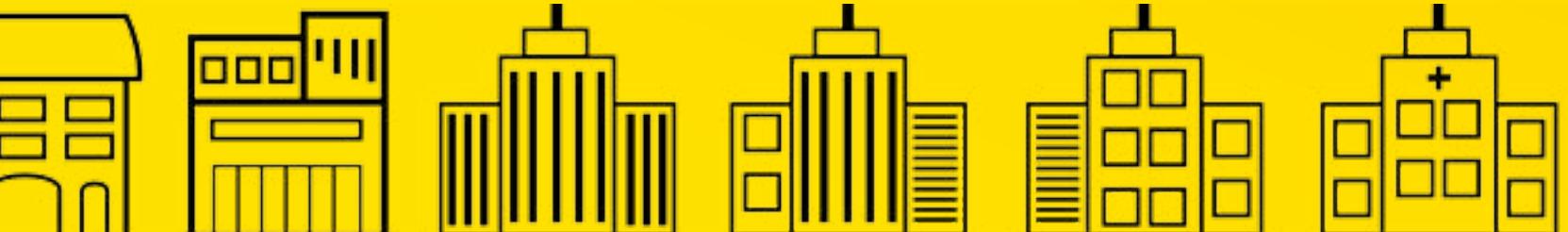
em Santa Maria. Reside com seu pai na Alameda Buenos Aires, próximo ao Royal Plaza Shopping. Há a proximidade de farmácias, supermercado e rodoviária, além de uma parada de ônibus; fatores que pesaram na escolha da localização do imóvel. O sobrado conta com três apartamentos e é administrado pelo proprietário. Segundo Gabriele, a diferença de tarifa da passagem intermunicipal de Restinga Sêca para Santa Maria em relação ao serviço de transporte intramunicipal acarretaria em despesas exorbitantes no orçamento.

É visível a progressiva ocupação do vazio entre Camobi e o Centro da cidade. Loteamentos dirigidos às classes média e alta contemplam a demanda de uma grande quantidade de docentes, estudantes e técnicos em educação. Camobi está em constante evolução: possui o maior contingente populacional entre os bairros de Santa Maria, com mais de 22 mil habitantes, segundo dados do IBGE, e possui aproximadamente nove mil domicílios particulares.

O processo especulativo do mercado imobiliário tem ampla determinação no preenchimento do espaço urbano, resultando na expansão da área. Percebe-se que o mercado imobiliário define as formas de ocupação das diversas áreas do município: redefine os novos limites e horizontes, remodela a cidade e ocasiona uma distinção das classes sociais que ocupam os espaços urbanos.

Além de ser um polo de conhecimento, a UFSM também gera impacto econômico para Santa Maria. Para o ano de 2017, a estimativa é de aproximadamente R\$ 900 milhões para o orçamento anual da Universidade. Já para a Prefeitura de Santa Maria a previsão é de R\$ 690 milhões. A Instituição detém, inclusive, um capital maior do que muitas cidades do estado.

O crescimento de Camobi, alheio ao do setor imobiliário, comercial e terciário, é majoritariamente dependente da Universidade. Ao longo dos anos, a UFSM é referência em educação e se constitui num grande pilar de sustentação do PIB santa-mariense.





TRANSPORTE COLETIVO EM SANTA MARIA: UMA QUESTÃO PÚBLICA?

REPORTAGEM: BIBIANA PINHEIRO E RAISA NUNES;

FOTOGRAFIA: BIBIANA PINHEIRO; DIAGRAMAÇÃO: DREYFUS L. GOMES

Em sete anos - de 2010 a 2017 - o preço da tarifa do transporte coletivo urbano de Santa Maria subiu anualmente, exceto em 2013. Movimentada principalmente por ser sede de uma Universidade Federal, a cidade possui uma relação intrínseca com o transporte que conecta a população universitária à UFSM. Conforme a Constituição Federal de 1988, o transporte público é assegurado como um bem social, assim como saúde, moradia e educação. Porém, para que essa garantia saia do papel, o município tem a necessidade de facilitar e incentivar o acesso ao serviço. Hoje, com a passagem ao preço de R\$3,60, cerca de 110 mil pessoas são transportadas diariamente para seus diferentes afazeres.

As cinco empresas que atendem as diferentes áreas da cidade - Expresso Medianeira, Santa Catarina, Centro-Oeste, Salgado Filho e Nossa Senhora das Dores - se mantêm contratadas desde 1973 e, desde 2010, fazem parte do Sistema Integrado Municipal (SIM). Em 2010, foram implantadas a bilhetagem eletrônica e a integração das passagens e, entre 2015 e 2016, a biometria facial garantiu que o uso do cartão SIM não fosse fraudulento. Nesse processo de modernização, os custos refletiram na tarifa, junto

com outros fatores que fazem parte do cálculo base do reajuste.

Os valores de cada revisão do reajuste tarifário são encontrados com base na tabela GEIPOT. Utilizada por diversos municípios, ela leva em consideração os insumos: diferentes gastos e investimentos necessários para que o serviço seja prestado. Nos sete anos, a maior incidência para a materialização dos aumentos foi a inflação anual e o dissídio dos motoristas e cobradores, que é geralmente readequado no mês de fevereiro, afirma Edmilson Gabardo, sócio administrador da Gabardo Transportes, diretor da Associação dos Transportadores Urbanos (ATU) e atual presidente do Conselho Municipal de Transporte (CMT).

Um item essencial para as empresas analisarem o cálculo é o IPK (Índice de Passageiros por Quilômetro). Quando esse número diminui, há uma instabilidade para as empresas e um reflexo no valor da passagem. As gratuidades, como as integrações das passagens, a meia passagem para estudantes e a isenção para os idosos, fazem o número de pessoas transportadas que pagam integralmente diminuir, ou seja, cai o índice e aumenta o valor da tarifa. Apesar dessa realidade, não há um interesse público em subsidiar os custos das gratuidades. O ex-secretário de Mobilidade Urbana, Silvio Souza, quando questionado sobre a ausência de subsídios, declarou: "As leis federais impostas foram simplesmente largadas para o município resolver, então não teria como nós subsidiarmos, pois não tem recursos para esse fim". Em contrapartida, Edmilson Gabardo, acredita que os políticos deveriam dividir a conta do transporte com toda a sociedade, já que é um serviço público essencial.

Nesse sentido, há apenas um projeto de uma CIDE (Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico) municipal, que concede aos

prefeitos o poder de criar um imposto sobre o combustível (a gasolina e o álcool). Assim, o dinheiro arrecadado se torna investimento no transporte público para pagar os subsídios. Segundo a atual secretária de Mobilidade Urbana, Sandra Rebelato, "é uma coisa mais justa, pois vai repartir não só com os usuários, mas com toda a população que utiliza a via pública".

Estruturas diversas como iluminação, calçadas, asfalto, que vão além do ônibus em si, mas participam igualmente na construção do serviço, são responsabilidades do município. "Hoje, existe apenas uma rua com o corredor exclusivo para ônibus e não há previsão de estendê-lo em outras vias da cidade.", aponta a secretária de Mobilidade Urbana. Por outro lado, há um planejamento de aumentar a zona azul com estacionamento rotativo no centro da cidade para duas mil vagas, além de incentivar a construção de edifícios garagem, o que prioriza o transporte individual. Para Guilherme Lovatto, professor de Educação Física na rede pública de ensino, "o acesso à um maior poder aquisitivo possibilitou que a população adquirisse produtos pelo incentivo do governo - inclusive carros e motocicletas -, mas à nível coletivo, ainda é ausente a qualidade na saúde, no ensino e, principalmente, no transporte público".

Ao analisar tal conjuntura, Edmilson Gabardo declara: "A realidade é essa, cada vez menos pessoas usam o transporte e vão procurar outro meio de locomoção, ou tem pessoas que não se deslocam mais". Segundo um funcionário de uma das empresas de coletivo urbano, que preferiu não ser identificado, a frota devia melhorar bastante: "Tem muitos ônibus sucateados e é por isso que o pessoal reclama, e acaba que as empresas não colocam ônibus mais novos, pois a cidade tem muitos buracos". Silvio Souza aponta uma das situações cotidianas em Santa Maria: "Antigamente, o tempo de deslocamento de um ônibus do centro até a universidade dava em torno de 25 minutos, hoje, dependendo do horário não se faz em menos de 50 minutos. Então, são coisas que afastam o usuário do transporte coletivo".

Além desses agravantes, o que preocupa a população que acompanha a situação do transporte público é a necessidade da licitação, garantida pela Constituição Federal de 1988, mas que nunca ocorreu no município, uma vez que foi estabelecido o serviço terceirizado por contrato e sem prévia de licitação. Por conseguinte, O Ministério Público (MP), em abril de 2010, deu origem a uma Ação Civil Pública para in-

vestigar a ausência do processo licitatório, visto que a obrigação de regulamentar a contratação do serviço é imediata. O perito Carlos Giovane Bortoluzzi efetuou um laudo para embasar o processo, em 2015. A partir disso, a juíza Eloisa Helena Hernandez definiu, em outubro de 2016, que as empresas responsáveis pelo transporte público e o município poderiam se manifestar acerca do conteúdo do laudo pericial. Desde então, espera-se resposta.

O contrato de serviço foi prorrogado até 2020 para que as empresas sigam em operação. Se a licitação ocorresse, segundo a Lei Federal, o contrato com as empresas terminaria e a Prefeitura seria obrigada a pagar indenizações aos funcionários, que seriam demitidos imediatamente, e às empresas, que têm investimentos temporais a longo prazo. Para Guilherme Lovatto, essa situação evidencia que o transporte público é tratado como mercadoria e não como direito básico.

“ Tem muitos ônibus sucateados e é por isso que o pessoal reclama, e acaba que as empresas não colocam ônibus mais novos, pois a cidade tem muitos buracos ”

REPRESENTANTES X REPRESENTATIVIDADE

Para discutir a situação do transporte público em Santa Maria, há 17 representantes de diversos setores da sociedade que compõem as reuniões mensais no CMT. Tecnicamente, é pouco provável que o aumento seja barrado, uma vez que o reajuste do salário dos motoristas e cobradores - o dissídio - é diretamente relacionado com o reajuste da tarifa anual e, principalmente, pela ausência de quem sofre mais com os aumentos: o usuário do coletivo. A prova disso está nas palavras de Rodrigo Freitas, conselheiro do transporte de 2009 a 2011: "Na minha época era pior, porque era só a UFSM e o DCE (Diretório Central dos Estudantes) contra o aumento". Já na experiência do representante da gestão Libertas do DCE (2016/17) dentro do CMT, Pedro Berleze Rorato, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) também se manifestou contra o aumento.

Há um histórico de mobilizações contra o aumento da tarifa em Santa Maria. Para a secretaria de Mobilidade, os movimentos ocorreram pela falta de conhecimento sobre o processo do cálculo tarifário: "Esse ano não houve manifestações contra [o reajuste], pois ocorreu o esclarecimento sobre como se chegava ao valor". Entretanto, a acadêmica de Jornalismo na UFSM, Victória Lopes, afirma que aconteceram protestos contrários ao último aumento: "O segundo ato contra o aumento da tarifa ocorreu no dia 19 de abril, na Saldanha Marinho, às 17h. A ideia era sair em caminhada, mas não foi muita gente que se somou, portanto optamos por um trançado nas principais vias do centro e pela panfletagem nas ruas e nas paradas de ônibus".

A compreensão das variáveis que compõem o serviço do transporte público permite uma análise crítica, essencialmente se pensarmos a locomoção como um direito social. A vivência do professor Guilherme Lovatto demonstra o impacto do aumento: "Minha aula é no turno inverso e os alunos justificavam, muitas vezes, suas faltas porque não tinham duas passagens para pagar", fato que demonstra os impactos do acréscimo na vida do usuário, visto que a maioria mora na periferia da cidade e depende exclusivamente do serviço.

A HERANÇA DAS OCUPAÇÕES

REPORTAGEM: LUCAS FELIPE DA SILVA E LUCAS GUTIERRES

FOTOGRAFIA: LUCAS FELIPE DA SILVA

DIAGRAMAÇÃO: FELIPE BACKES

No ano de 2016, após o impeachment da então Presidenta da República, Dilma Rousseff, Michel Temer assumiu a presidência. À frente do governo, aprovou medidas como a MP 746 (Medida Provisória de Reforma do Ensino Médio) e a emenda constitucional 241/55, consideradas duvidosas por parte da população. Ante as aprovações, a classe estudantil junto com movimentos sociais - como o movimento negro, LGBT e feminista - , como forma de protesto se posicionou contra essas medidas, ocupando escolas e universidades. A UFSM também aderiu ao movimento nacional e, passados sete meses, quais foram os saldos no cenário local e pelo Brasil?

As ocupações chegaram à primeira escola no dia 3 de outubro de 2016. Cerca de 200 alunos ocuparam o Colégio Estadual Arnaldo Jansen, em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba. O governador do estado, Beto Richa (PSDB), atacava, gradativamente, o setor da educação desde 2015. Entre os diversos problemas, as escolas paranaenses sofriam com falta de alimentos e pouco repasse de verbas para materiais didáticos. Richa, inclusive, foi responsável pelo ato violento que ficou conhecido como "massacre dos professores", no dia 29 de abril de 2015, no Centro Cívico. O Ministério Público do Paraná responsabilizou o governador por ter ordenado que a Polícia Militar avançasse contra os docentes, que cobravam reajuste e pagamento de salários atrasados. O uso de bombas e tiros de balas de borracha por parte dos policiais, resultou em 213 feridos, conforme publicação no site da Prefeitura de Curitiba.

Em 10 de outubro, a primeira universidade foi ocupada: alunos da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), campus de Marechal Cândido Rondon, se uniram em apoio aos secundaristas, contrários às medidas dos governos Federal e Estadual. Após os dois atos pioneiros, mais de mil escolas estaduais e 226 universidades foram ocupadas em todo o país, segundo a União Nacional do Estudantes (UNE). O movimento ficou conhecido como "Ocupa Tudo".

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

A construção do movimento nas universidades foi semelhante em todo o país. As discussões começavam nos coletivos e diretórios acadêmicos de cada curso. Em seguida, eram convocadas assembleias e, no caso de aprovação, os prédios eram ocupados. Os estudantes organizaram-se sem líderes e com comissões para tarefas coletivas, como comunicação, limpeza, saúde e finanças. Durante as ocupações - que variaram de 20 a 40 dias - , foram feitas atividades como aulas públicas, cine debates, oficinas, saraus, rodas de conversas, protestos, passeatas e panfletagem no campus e pela cidade. As tomadas de decisões eram realizadas em plenárias.

Na UFSM, tudo começou no dia 8 de novembro, com os alunos do curso de Geografia, e depois de assembleias deliberativas, outros acadêmicos aderiram ao movimento. No total, foram 15 prédios ocupados e 43 cursos paralisados, nos campi de Santa Maria, Frederico Westphalen e Palmeira das Missões. Foram 30 dias marcados por discussões, ameaças entre os próprios estudantes, uma "ocupação para não ocupar" e uma liminar de reintegração de posse. Além disso, ocorreu a maior assembleia do movimento estudantil dos últimos 20 anos da Universidade - considerada como uma das maiores do país-, com a presença de mais de 5 mil alunos.

A estudante da Federal de Pernambuco (UFPE), Natália Oliveira, define a experiência nas ocupações em sua universidade com a palavra "tensão". "Apesar de a galera estar muito organizada, e todos com o mesmo objetivo, era sempre uma tensão sobre o que podia acontecer com a gente e com a ocupação", ela conta. Na UFSM, a apreensão foi sentida a todo momento. Dias antes da assembleia geral, os ocupantes foram intimidados com imagens de armas de fogo, ofensas nas redes sociais, onde postagens sugeriam medidas drásticas como corte de água, luz e comida. Entretanto, segundo o Código Penal Art. 136, esse tipo de medida é considerada crime.

Em alguns casos, a "tensão" vinha também por parte dos reitores. Natália explica que mesmo diante de assembleias e tentativas de diálogo, a gestão da reitoria da época tomava decisões arbitrárias. No caso da UFPE, os alunos teriam que voltar às aulas mais cedo mesmo sem ter RU, mas os ocupantes só concordaram em desocupar se as aulas reiniciassem junto com a reabertura do Restaurante Universitário. Entretanto, a reitoria descumpriu o acordo e obrigou o retorno das aulas sem serviço de alimentação.

O reitor da UFSM, Paulo Afonso Burmann, tentou manter um bom diálogo com os ocupantes. Por mais que não tenha tomado posição oficial de apoio às ocupações, apenas contra a PEC,

ele visitou todos os prédios e conversou com os alunos. Posição contrária foi tomada pela reitoria da Federal de Santa Catarina (UFSC) que, como conta Camila Casarotto, graduanda de Pedagogia, chegou a ameaçar os ocupantes com repressão policial.

Prédios da administração central também foram ocupados. Na Unioeste, após o reitor não cumprir promessa de fazer licitação para o novo RU, uma assembleia geral foi convocada e pessoas dos cinco campi ocuparam a reitoria por dois dias. Eles pediam uma reunião do Conselho Universitário para suspensão do calendário acadêmico, lançamento do edital para a obra do RU e a posição oficial da reitoria sobre a MP do Ensino Médio e a PEC 241.

Já na Universidade de Brasília (UnB), a ocupação da reitoria foi total: ninguém tinha acesso ao prédio. Enquanto isso, nas outras instalações da Universidade, assembleias decidiam por ter ou não ações internas, como aulas e atividades administrativas. Thaís Ellen, graduanda de Jornalismo pela UnB, conta que no prédio dos cursos de Comunicação houve ocupação total. Em Santa Maria, forças políticas defendiam a ocupação da reitoria como prioridade, porém, por decisão dos manifestantes, o foco se voltou para os centros. Prestações de serviços de saúde considerados essenciais para a sociedade, como o odontológico, foram liberadas.

AS PAUTAS LEVANTADAS

Além das reformas do governo, instituições pautaram temas que condiziam com a realidade que viviam. Na UFSM, mesmo com problemas cotidianos, como o aumento da taxa de refeição, necessidade de um novo RU (filas que ultrapassam 80 metros), superlotação da Casa do Estudante Universitário (a espera por uma vaga é realizada em condições ruins), precarização de estruturas físicas e do trabalho (há necessidade de vagas para novos professores), corte de bolsas, falta de atendimento primordial de saúde para a comunidade acadêmica, o movimento ficou centrado nas pautas nacionais. Após as ocupações, avaliou-se a perda da oportunidade de debater e pautar assuntos mais relacionadas aos campi da Federal de Santa Maria.

Na UFPE, os estudantes pautaram a isenção da taxa do RU. Natália Oliveira diz que na outra instituição de ensino da cidade a taxa não existe, enquanto a Universidade cobra R\$ 6,00 por almoço e R\$ 5,00 pelo jantar. Além disso, cada centro ocupado tinha pautas próprias,





bem como na UnB. Camila, da UFSC, esteve presente na ocupação do Centro de Ciências da Educação (CED) e conta que lá foi pautada a reforma do “Bloco A”, prédio construído há 60 anos sem nunca ter passado por processos de melhorias. Além disso, exigiram posicionamento público da reitoria sobre as propostas do governo e necessidade de melhorias nas políticas de permanência estudantil.

As universidades estaduais do Paraná foram ocupadas porque o custeio para manutenção das instituições de ensino não era repassado pelo governador. A Unioeste lutava pela abertura do RU que, segundo a aluna de História, Alana Quadros, está em obras há 20 anos: “o RU deveria ter sido aberto oficialmente há dois anos”. No estado, os professores também estavam em greve, reivindicando o pagamento da data-base do funcionalismo, que estava agendada para o mês de janeiro. O pagamento foi ameaçado por um projeto encaminhado à Assembleia Legislativa que acabou reformulando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Com isso, o ajuste referente à reposição da inflação dos funcionários estaduais paranaenses foi suspenso.

OS DIRETÓRIOS

Na UFSM, as ocupações tiveram fim no dia 7 de dezembro de 2016, quando foi deferida a liminar de reintegração de posse, a pedido do Diretório Central dos Estudantes (DCE), que ajuizou uma ação popular contra o movimento “Ocupa UFSM”. Eleita em junho do mesmo ano, a Gestão Libertas se posicionou contra as ocupações, com o argumento de que elas tiravam o direito dos estudantes de assistirem às aulas. A Gestão Representa, que apoiou abertamente o “Ocupa UFSM”, venceu as eleições em junho para assumir o Diretório, na qual a chapa Libertas tentava reeleição.

Algo parecido também ocorreu na UnB, o DCE também se posicionou contra o processo de ocupações na Universidade, conforme conta a estudante de Jornalismo, Thaís Ellen: “Eles foram extremamente contra. Houve um movimento chamado #RespeitaAMinhaAula, feito por um grupo de pessoas que ficaram contra, moveram Ministério Público contra as ocupações e tudo”. A entidade era controlada pelo grupo Aliança Pela Liberdade (APL), que havia vencido as últimas cinco disputas pelo diretório. A hegemonia da APL terminou em abril de 2017, quando foi derrotada em uma eleição com mais de onze mil votos, pela chapa

de oposição “Todas as Vozes”, que foi considerada uma herança do movimento de ocupações e reuniu diversos setores de esquerda.

Nas outras universidades também havia gestões estudantis contrárias às ocupações. No campus da Unioeste de Cascavel, os integrantes do Diretório não concordavam em continuar a ocupação depois da negociação com o reitor. Houve também movimento online “Unioeste Livre”, que defendia a desocupação da Universidade. Os diretórios do campus da Unicentro de Irati e da UFSC, que sempre se mantiveram omissos em relação às pautas estudantis, se manifestaram contra as ocupações. Em compensação, em todos os outros campus da Unioeste, na UFPR, e em outras dezenas de instituições, as ocupações tiveram o DCE como entidade de apoio.

RESULTADOS DAS OCUPAÇÕES

Com a PEC 241/55 e a MP aprovadas, quem se colocou contrário ao movimento pode acreditar que tudo foi em vão. Mas, antes disso, é importante fazer uma análise do movimento como um todo, observando-o em outros contextos e cidades para vê-lo também como um marco histórico no nosso país. A última grande luta pela educação no Brasil havia sido nas ocupações de 2011, quando as universidades denunciaram os problemas que o Reuni (Programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais) estava trazendo, como a precarização do ensino nas universidades.

Para a antropóloga Fernanda Stroher Barbosa as ocupações devem ser vistas como uma performance, um recorte da crise, reflexo da polarização que já vinha sendo construído no país. Os estudantes sempre utilizaram desses métodos como forma de resistência, mas, nessa nova realidade das redes sociais, os atos tomaram proporções muito maiores, fazendo deste um grande marco dentro da história do movimento estudantil. Ela também destaca uma nova maneira de fazer política, pela auto-representação, trazer as pessoas que não estão se sentindo representadas para lutar. Não existe outro modo de aprender a participar, se não, participando. Em sua pesquisa, ela percebeu que a ênfase dada à organização horizontal e sem líderes, dos secundaristas, da conta de mostrar que cada um lá protagoniza sua própria militância. Não existe mais a vontade de formar grêmios estudantis, cada um, por si só, sai de sua casa e vai lutar pelo que acredita sem ser necessário a institucionalidade.

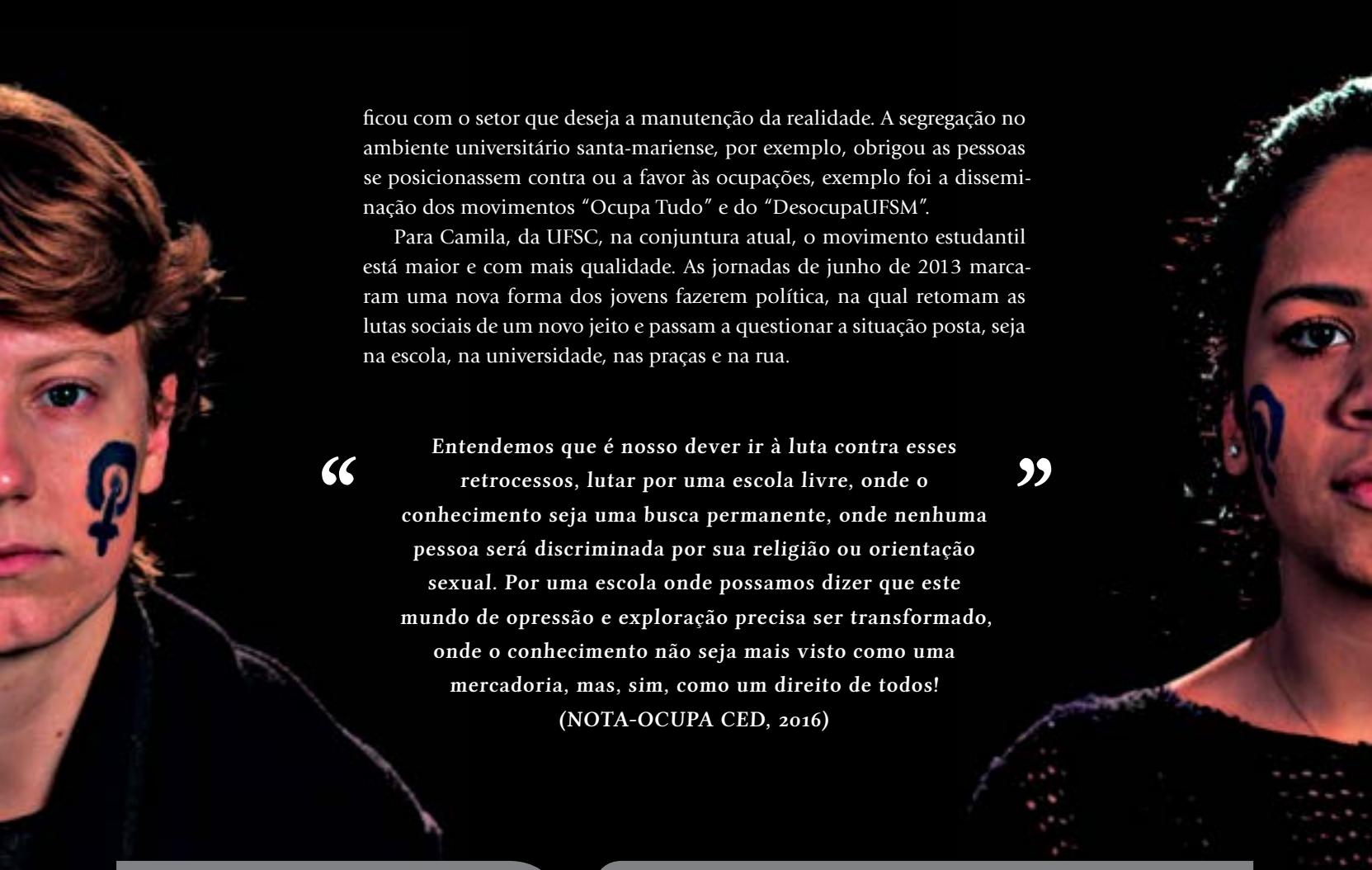
Podem ser observadas algumas conquistas concretas por todo o Brasil. Na Unioeste, conseguiu-se um RU para cada campus. Na UnB, além da eleição com participação estudantil memorável, foram criados o Diretório Acadêmico Quilombo, para atender a necessidade dos estudantes e da comunidade negra, além da ocupação feminista, um espaço destinado aos debates e defesa das mulheres. Na UFPE, havia um processo que criminalizava estudantes que ocuparam a reitoria e, com um acordo, foi evitada a criminalização do movimento. Na Unicentro, os professores ganharam mais atenção e foram contratados novos docentes. Na UFPEL, os alunos começaram a se engajar em eleições para o DCE e perceber a importância de se organizar em coletivos.

Na UFSM, assim como nas demais universidades, a principal conquista foi a reoxigenação do movimento estudantil. Caroline Roque é estudante de Pedagogia, militante pelo coletivo Alicerce e faz parte do Diretório Acadêmico do Centro de Educação. Para ela, as ocupações foram a “expressão”, o setor da linha de frente da luta contra as reformas: “De certa forma, elas mexeram com todo mundo que vivenciou, ocupou, ou ouviu falar delas”. Muitas pessoas tiveram seu primeiro contato com a militância política dentro das ocupações e quem as viveu teve seu protagonismo frente àqueles que já estavam organizados.

A greve unificada também merece destaque no movimento santa-mariense. Segundo a Sedufsm (Seção Sindical dos Docentes da UFSM), as últimas mobilizações assim, com adesão de técnicos, professores e alunos, foram em 1995, 1998 e 2012. As categorias se auxiliaram durante todo o processo e as proporções alcançadas só foram possíveis devido à união. Fernanda lembra que os docentes puderam usar a tomada dos prédios como argumento para fortalecer sua paralisação. “A ocupação constituiu um território comum que estava além do cotidiano, e ajudaram na conciliação dos interesses de alunos, professores e técnicos, onde um fortalece o outro” diz ela. Com isso, conseguiram que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade aprovasse por unanimidade um ajuste no calendário acadêmico da instituição. Ao invés do calendário ser terminado em 19 de dezembro, ele foi estendido para 20 de janeiro de 2017.

Na Federal de Pelotas (UFPEL), a política não foi o único fator para a deflagração da greve unificada entre técnicos, docentes e alunos. Como conta o estudante de Direito, Lucas Rocha, havia contenção de gastos e a instituição apresentava sinais concretos de que não poderia se sustentar até o fim do ano. Por isso, o calendário acadêmico foi suspenso, não pela greve, mas pela falta de verbas: “A Universidade praticamente fechou as portas durante esse período e, por isso, a greve conseguiu ter, ao menos no início, uma adesão maior, principalmente da categoria estudantil”, relata Lucas.

Por fim, as ocupações, enquanto mecanismo de luta, geraram uma pergunta: era o método mais apropriado? Elas conseguiram direcionar muitas pessoas para a necessidade de garantir e lutar por seus direitos, afinal, o movimento estudantil nacional tem um papel importante ao lado da classe trabalhadora e, historicamente, sempre esteve envolvido nas lutas sociais. É perceptível a visão de que existem apenas dois lados dentro do espectro político: o aluno de esquerda ou direita e suas respectivas opiniões. A polarização é um fenômeno observado também fora das universidades desde 2013, momento das grandes manifestações no nosso país. Caroline descreve a polarização entre aqueles que foram para a luta exigir direitos e colocar essa pauta nas ruas, e uma outra ala que se identi-



ficou com o setor que deseja a manutenção da realidade. A segregação no ambiente universitário santa-mariense, por exemplo, obrigou as pessoas se posicionassem contra ou a favor às ocupações, exemplo foi a disseminação dos movimentos "Ocupa Tudo" e do "DesocupaUFSM".

Para Camila, da UFSC, na conjuntura atual, o movimento estudantil está maior e com mais qualidade. As jornadas de junho de 2013 marcam uma nova forma dos jovens fazerem política, na qual retomam as lutas sociais de um novo jeito e passam a questionar a situação posta, seja na escola, na universidade, nas praças e na rua.

“ Entendemos que é nosso dever ir à luta contra esses retrocessos, lutar por uma escola livre, onde o conhecimento seja uma busca permanente, onde nenhuma pessoa será discriminada por sua religião ou orientação sexual. Por uma escola onde possamos dizer que este mundo de opressão e exploração precisa ser transformado, onde o conhecimento não seja mais visto como uma mercadoria, mas, sim, como um direito de todos!

(NOTA-OCUPA CED, 2016)

PLS 193 (ESCOLA SEM PARTIDO):

- Estabelece como princípios da educação nacional o reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado e o direito dos pais de que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções. Não será feita propaganda político-partidária em sala de aula nem será permitido incitar seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;
- Veta totalmente a aplicação dos postulados da teoria de gênero, pois esta prejudica o natural amadurecimento, desenvolvimento e harmonia do aluno com sua respectiva identidade biológica de sexo;
- Estabelece como dever do professor em exercício de sua função não se aproveitar da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;
- Determina como dever das instituições de educação básica afixar nas salas de aula e nas salas dos professores cartazes com o conteúdo previsto no anexo da PLS 193, com, no mínimo, 90 centímetros de altura por 70 centímetros de largura.

PEC 241/55 (PEC DO TETO DE GASTOS):

- Estabelece que, nos próximos 20 anos, as despesas primárias anuais do governo não poderão exceder ao valor do ano anterior, corrigido pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo);
- Coloca limites de gastos individualizados para o Supremo Tribunal Federal, Senado Federal, Ministério Público e Defensoria Pública da União;
- Pode causar redução nos investimentos em serviços públicos básicos, como saúde e educação;

MP 746 (REFORMA DO ENSINO MÉDIO):

- Amplia a carga horária mínima anual do Ensino Médio, progressivamente, para 1.400 horas;
- Restringe a obrigatoriedade do ensino da Arte e da Educação Física à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, tornando-as facultativas no Ensino Médio;
- Determina que apenas o ensino de Língua Portuguesa e Matemática será obrigatório nos três anos do Ensino Médio;
- Ordena que, no primeiro ano do Ensino Médio, os estudantes sejam introduzidos aos conhecimentos de todas as disciplinas. Depois disso, devem optar entre as seguintes áreas de ensino: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional;
- Permite que profissionais ministrem disciplinas da área de formação técnica e profissional sem a necessidade de formação pedagógica, sendo julgados por "notório saber";

A FORÇA UNIVERSITÁRIA NAS QUADRAS

REPORTAGEM E FOTOGRAFIA: FELIPE MICHALSKI

DIAGRAMAÇÃO: FELIPE BACKES

Reconhecida nacionalmente por ser um dos principais centros de ensino do país, a UFSM também tem motivos para se orgulhar por quem a representa no esporte. Em três modalidades esportivas, a UFSM disputa competições municipais e estaduais, que possuem apoio institucional da Reitoria.

A UFSM Futsal foi criada em 2005 e as atividades retornaram em 2016. Neste ano, disputa a Série Bronze – a terceira divisão do esporte no Rio Grande do Sul - juntamente com o União Independente em Santa Maria. Além da equipe adulta, foi criado um time sub-20, que estreia na Série Bronze da categoria neste ano.

A visão dos idealizadores não se restringe a vencer. Marcos Cairrão, técnico do sub-20, enfatiza a gama de áreas do conhecimento envolvida em um programa desse porte: “É um projeto de ensino, pesquisa e extensão. Ele traz um amplo espaço para vários acadêmicos poderem trabalhar no esporte”.

Fortalecer o tripé ensino-pesquisa-extensão seria o caminho o desenvolvimento do esporte na região. É o que defende Gabriel Pranke, técnico da equipe adulta: “Espero que o desenvolvimento do projeto possa contribuir para o desenvolvimento regional do futsal, além de contribuir para uma cultura esportiva dentro da UFSM, no estabelecimento e manutenção do projeto”.

Em 2016, na temporada inaugural da equipe adulta, foram duas vitórias em 14 partidas e a eliminação na primeira fase. Gabriel Pranke não vê isso como motivo para preocupação e

acredita em melhora. O grande desafio é garantir os recursos financeiros e humanos, que seria um dos maiores entraves para o programa chegar ao patamar desejado.

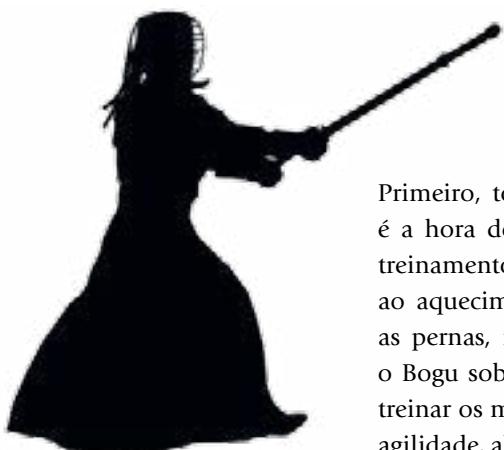
Outro projeto é o do professor de Educação Física César Alcides Geller, que coordena as equipes masculina e feminina de handebol – conhecida como Handufsm – e de voleibol. Criadas em 2014, as equipes participam de torneios municipais e estaduais. Para Geller, viver o esporte é o mais importante do que vencer campeonatos: “São projetos criados com a intenção de trazer a vivência esportiva para os alunos”. Todas as equipes contam com processos de seleção esporádicos, que são abertos tanto para estudantes da Universidade quanto para pessoas da comunidade.

Em 2016, os resultados apresentados foram medianos: 4º lugar no vôlei masculino nos Jogos Universitários Gaúchos (JUGS) - mesma colocação na Copa Unisinos, outro torneio voltado apenas para equipes universitárias. Já o time masculino de handebol fechou o estadual da modalidade também na 4ª posição. As equipes femininas não disputaram competições no ano passado.

Os treinos do voleibol acontecem no Ginásio 1 do CEFID nas terças e quintas-feiras, a partir das 19h30. No handebol, as práticas ocorrem nas quartas, às 17h30, e sábados, às 15h30. Para participar, basta entrar em contato pelo telefone **3226-7373** ou pela página no Facebook da equipe: facebook.com/handufsm.



O CAMINHO DA ESPADA



Primeiro, todos se ajoelham e meditam. Essa é a hora de saudar e agradecer por mais um treinamento. Depois, é necessário dar início ao aquecimento. Esticam os braços, alongam as pernas, mexem a cabeça. Só então vestem o Bogu sob o Hakama e pegam a Shinai para treinar os movimentos: golpes, trabalho de pés, agilidade, além da exteriorização de energia por meio do Kiai. Um processo lento e árduo que é característico do Kendô - arte marcial japonesa, cujo significado literal é "o caminho da espada".

Na UFSM, um grupo de acadêmicos se reúne nas quartas-feiras e sábados para treinar a arte marcial. A equipe foi formada em abril de 2015, quando a Senpai Vanessa Gil se mudou da cidade de Rio Grande para Santa Maria, a fim de realizar seu Doutorado em Física. O seu primeiro contato com a modalidade foi ao acaso: enquanto caminhava pelo Instituto Federal de Rio Grande (IFRS), a kendoka viu um cartaz de divulgação e decidiu participar de um treino experimental. "Era muito diferente de tudo o

que estou acostumada. Era um monte de gente gritando, batendo. Eu pensei: 'que coisa louca, vou lá'", conta Vanessa Gil.

Na bagagem, ela trouxe para a Universidade a paixão pela cultura japonesa e a vontade de seguir os treinamentos. Após divulgar a ideia, formou a primeira turma, com o apoio do projeto Segundo Tempo Universitário, do curso de Educação Física. Devido ao programa não ter seu edital renovado para o primeiro semestre de 2017, atualmente a atividade é vinculada ao Projeto de Lutas do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM) - que engloba também a Capoeira e o Taekwondo. A parceria consiste em um acordo de concessão do Ginásio Poliesportivo do Colégio. Segundo o professor voluntário, Augusto Pio Benedetti, que atua na área de Educação Física, "a escola está dando oportunidade para que essas atividades pouco incentivadas tenham local de aperfeiçoamento".

Vanessa, a mais experiente do grupo, pratica a arte do Kendô há três anos. Como líder,

REPORTAGEM: JANAÍNA WILLE E MELISSA KONZEN

FOTOGRAFIAS: AMANDA XAVIER; DIAGRAMAÇÃO: FELIPE BACKES

KENDÔ: UM TREINO PARA MOLDAR A MENTE E O CORPO.

possui voz ativa, conduz o treino e passa as instruções aos colegas. Entre os 20 integrantes do projeto, há apenas três mulheres. Em escala estatal, essa proporção não muda muito: elas são apenas dez num total de 100 praticantes. Para a Senpai, é desafiador comandar uma equipe majoritariamente masculina. "A maioria são homens, infelizmente. Mas eu tento buscar mais meninas", afirma.

O Kendô é uma prática psicológica de reflexão, postura e equilíbrio espiritual, apesar da utilização de espada e armadura, além dos gritos que passam a impressão de ser um esporte violento. Desse modo, contribui no aspecto disciplinar e no autoconhecimento dos limites físicos e mentais. O kiai, o ápice do exercício, é o momento de liberação de energia. Embora seja uma atividade que exige dedicação, ela não interfere nos estudos, muito pelo contrário, como atesta o estudante de Música e Tecnologia, Carlos Kerber, que participa do grupo há um ano: "A arte marcial ajuda a manter-se regrado e focado durante o semestre".

Embora esteja em atividade há pouco tempo, o projeto já conseguiu resultados expressivos. Em março deste ano, o grupo viajou a Suzano (SP) para participar do 35º Campeonato Brasileiro de Kendô. Lá, conquistaram o 3º lugar na categoria Aspirante em Equipes, com destaque para a acadêmica Elis Palazuelos, que ficou em 3ª colocada na categoria Aspirante Feminino. Bernardo Raddatz, um dos kendokas premiados, ressalta que o desempenho superou as expectativas: "Foi uma surpresa porque não temos Sensei. Então, treinando praticamente sozinhos, já conseguimos resultados". Ele revela, ainda, que o grupo convida, uma vez por mês, o Sensei Mário Flores, da Associação de Kendô Iaidô de Porto Alegre (AKIPA), para participar dos treinamentos. É ele o responsável técnico da equipe perante a Confederação Brasileira de Kendô (CBK).

Mesmo com os bons resultados obtidos, o grupo encontra dificuldades para adquirir os equipamentos necessários. Como o Kendô é uma arte marcial que não visa obtenção de lucro, as atividades são gratuitas. O material que possuem atualmente é fruto de doações que Vanessa conseguiu em Rio Grande. Sem nenhum financiamento, eles se preparam agora para os campeonatos de 2018 e, para isso, dependem de contribuições. Quem tiver interesse em participar do grupo ou fazer doações, pode entrar em contato pelo email: kendo.ufsm@gmail.com.

O QUE É O KENDÔ?

Praticado no Japão desde o século XVI, o Kendô mistura técnicas de esgrima com estudos com espada. A vitória tem valor secundário, uma vez que o real objetivo da prática é o crescimento pessoal e o autoaprimoramento. Na arte marcial, o praticante deve golpear seu adversário, quebrando sua postura. Entretanto, ele não deve desperdiçar golpes em vão, nem golpear pontos incorretos. Os alvos principais são: topo da cabeça, garganta, ombros, tórax e lados do peito e a parte de cima das mãos e pulsos. Um golpe é válido quando há ki ken tai - que consiste na união entre demonstrar espírito por meio do Kiai, golpear com a Shinai no lugar certo e com a parte correta da espada, além do movimento do corpo.

GLOSSÁRIO

Bogu: conjunto de armadura

Hakama: peça de roupa tradicional japonesa

Kendoka: praticante de Kendô

Kiai: liberação de energia por meio da fala

Senpai: aluno mais experiente

Sensei: mestre

Shinai: espada de bambu





VIVA O NOSSO CAMPUS

REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO: RUBENS GUILHERME SANTOS

FOTOGRAFIA: THUANE DE OLIVEIRA

EVENTO ORGANIZADO PELA UFSM BUSCA A INTERAÇÃO DA CULTURA LOCAL COM A COMUNIDADE DE DENTRO E FORA DA UNIVERSIDADE

O cenário de produção artística autoral e independente de Santa Maria merece atenção da comunidade da cidade. Por todos os cantos, pode-se perceber a presença de bandas, grupos teatrais, de dança e outros formatos de expressões artísticas que fomentam a cultura local. No entanto, os espaços públicos disponíveis para apresentações culturais ao redor da cidade, como a Concha Acústica e a Estação da Gare, encontram-se numa situação de desuso e até mesmo de abandono. Assim, a população que procura por atividades de lazer, principalmente aos finais de semana, acaba ficando em casa por falta de opção. Tendo em vista este contexto, a UFSM, através da Pró-Reitoria de Extensão (PRE), decidiu em setembro de 2014, criar o Viva o Campus.

O evento é aberto à comunidade de Santa Maria e proporciona aos artistas da cidade um espaço de divulgação e apresentação dos seus trabalhos. A ideia de elaborar o Viva o Campus surgiu a partir da observação de iniciativas cul-

turais realizadas em outros campi espalhados pelo Brasil. "Eu particularmente vivi isso na Unicamp e na USP também. E tinha vivido algumas experiências de atividades culturais quando fui professor na PUC de Curitiba", afirma Ascisio Pereira, Pró-Reitor Adjunto da PRE e coordenador de Eventos e Difusão Cultural. Desde o início, o foco é o "acolhimento da comunidade através de um evento que dá a oportunidade para que os grupos de produção artístico-cultural de fora e de dentro da Universidade possam utilizar o espaço", complementa o Pró-Reitor.

As primeiras edições eram realizadas somente no campus de Camobi, em frente ao Planetário, e envolviam uma série de atividades culturais, como shows tradicionalistas, apresentações de dança, jogos e brincadeiras. Com o tempo, os organizadores decidiram adotar os shows musicais de bandas locais como atração principal do evento, porém o local não era totalmente apropriado para as apresentações. Já que os custos para realizar as manutenções eram altos, a partir da segunda metade de 2015, o Viva o Campus passou a ser realizado no Espaço Multiuso. Para facilitar o trabalho de montagem de equipamentos para as bandas, o local conta com uma estrutura pré-montada e um palco. Servindo como modelo, o evento foi para outros campi, como o de Cachoeira do Sul, Frederico Westphalen e Palmeira das Missões.

Diversas bandas locais já se apresentaram no palco do Espaço Multiuso, como a Guantánamo Groove. Conhecida pela mistura de vertentes

musicais que unificam seu som, hoje é um dos grupos de maior repercussão na cidade. Por outro lado, há aquelas que não são tão conhecidas pelo público, como a GranJah Roots, criada por egressos da UFSM, há 13 anos. "Para nós, é muito simbólico estar tocando dentro da Universidade porque é uma banda que foi criada aqui, por estudantes que passaram pelo campus e que hoje exercem outras atividades", comenta Sílvio Calgaro, backing vocal e flautista da banda. O grupo trata de temáticas importantes, mas pouco abordadas dentro do cenário da música regional. Sustentabilidade dos recursos naturais, exclusão dos povos indígenas e negros e preservação da natureza são temas presentes em suas canções autorais.

Antes da criação do Viva o Campus, a abertura de espaços culturais na UFSM era realizada por festivais como o Nossas Expressões. Criado em plena ditadura militar no Brasil, representava um espaço de resistência cultural. Durante este período de lutas, muito do que era produzido no âmbito das artes era censurado e não tinha a oportunidade de ser exposto. Em virtude disso, o Nossas Expressões tornou-se um ambiente de manifestação cultural de maior presença na vida dos estudantes. O festival foi criado a partir do movimento estudantil, representado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), que guiou a realização dele até o ano de 2015. Com o passar dos anos, o evento perdeu popularidade e chegou ao fim. Tudo isso por consequência da diminuição do interesse dos acadêmicos pelos assuntos que envolviam o movimento estudantil.

Iniciativas, como a do Viva o Campus, demonstram a valo-

rização e a preservação da cultura local e de espaços gratuitos e abertos à comunidade. Essas são alternativas e soluções encontradas pelas universidades para a ocupação de suas áreas de lazer. Basta estar a fim de escutar um bom som, tomar um chimarrão e curtir a natureza. O público que comparece nas apresentações do Viva o Campus sente-se em casa. "Estou quase me aposentando e nos últimos tempos do meu serviço aqui, eu vejo a abertura total da Universidade, com um espaço onde todos podem interagir", afirma Cláudio da Rosa, coordenador do Setor de Hidráulica e Saneamento da Pró-Reitoria de Infraestrutura (Proinfra) da UFSM, que frequenta o Viva o Campus desde suas primeiras edições.

VIVA O CAMPUS

QUANDO ACONTECE?

Ao menos um domingo por mês.

QUAIS SÃO AS ATRAÇÕES?

Show musicais de bandas da cidade e atividades que envolvem arte, cultura e lazer, como caminhada guiada pelo campus e apresentações teatrais no Teatro Caixa Preta.

QUEM JÁ SE APRESENTOU?

Bandas Pegada Torta, Guantánamo Groove, GranJah Roots e Headphones.

QUEM ORGANIZA?

Pró-Reitoria de Extensão da UFSM.





A LITERATURA NA UFSM

REPORTAGEM: MARIANE WEGENER FEISTLER E NAIADY LIMA; ILUSTRAÇÃO: EVANDRO BERTOL;

DIAGRAMAÇÃO: DREYFUS L. GOMES

PRODUÇÕES DE DOCENTES E DISCENTES GANHAM DESTAQUE ATRAVÉS DO BESTIÁRIO CRIATIVO E DE OUTROS PROGRAMAS.

Seja como espaço de inspiração ou cenário para as narrativas, a UFSM sempre esteve presente na produção literária de seus alunos e professores. É através de oficinas de incentivo e disciplinas que docentes e discentes recebem estímulos para continuar contando histórias. A .TXT decidiu conversar com quem faz da literatura um canal de expressão dos seus pensamentos. Conheça um pouco da produção literária de escritores que têm, na Universidade, o ambiente ideal para trocas de experiências que inspiram suas histórias.

Lançado pela AVEC Editora, Guanabara Real: A Alcova da Morte (2017) é um romance *steampunk* - universo de ficção científica que mostra uma realidade espaço-temporal na qual a tecnologia mecânica a vapor teria evoluído até níveis impossíveis - que mistura horror, mistério, ficção científica e trama de investigação policial, de autoria dos professores Enéias Tavares, Nikelen Witter e Andre Zanki Corde nonsi. Outro trabalho em que o trio pode ser encontrado é na coletânea de contos suspense, mistério e fantasia que tem como cenário a cidade de Santa Maria, chamada Sussurros da Boca do Monte (2017). A coletânea, organizada pela egressa e assistente administrativa da

UFSM, Jéssica Dalcin da Silva, possui histórias também produzidas pelos estudantes de Comunicação Social Andrio Santos e Luciana Minuzzi, além do professor Orlando Fonseca.

Escritor, tradutor e professor de literatura clássica, Enéias Tavares é criador da Brasiliana *Steampunk*, projeto que, ao reinterpretar heróis da literatura do século 19 e os reunir em uma Liga da Justiça, mistura o "retrô" à moda antiga com tecnologia futurística. Seu romance de estreia, *A Lição de Anatomia do Temível Dr. Louison* (2014), foi lançado na Bienal do Livro de São Paulo e venceu o prêmio *Fantasy!* da editora carioca LeYa. Em parceria com o doutorando em Literatura Andrio Santos e a designer gráfica Jéssica Lang, criou o Projeto de Extensão Bestiário Criativo que, dentro da Universidade, viabiliza eventos, cursos e publicações voltadas à ficção.

Foi durante a graduação em Jornalismo que Andrio Santos começou a produzir histórias. Apaixonado por escrita de horror, seu primeiro livro *Sussurros no Escuro* (2012) foi publicado através de recursos próprios. O romance *Santuário* (2013), sua segunda publicação, traz um enredo fantástico e sombrio que parte de um acontecimento real: a grande estiagem que ocorreu no Rio Grande do Sul em 2012 e que revelou ruínas de uma vila alagada por uma represa há 40 anos. Entre os anos de 2014 e 2015, participou de três livros: *Herdeiros de Dagon* (2015), da editora Argonautas; *Sobrenatural II*, da editora AVEC (ainda em fase de edição), além da recente obra *Sussurros da Boca do Monte* (2017). Seu último trabalho é o romance *O Réquiem do Pássaro da Morte*, publicado pela plataforma Kindle, no final de 2016.

Orlando Fonseca, doutor em Teoria da Literatura e professor do Departamento de Letras da UFSM, relata que o ambiente acadêmico é de grande influência para suas produções: "Pude conviver com leitores es-

pecializados, com especialistas em produção textual. Creio que o ambiente universitário é muito rico para quem pretende abraçar uma carreira artística, pois abre perspectivas novas e mais amplas na mente de autores". Dentre as suas produções literárias de maior importância, ele destaca Poço de luz, novela que foi premiada e publicada em 1989 pelo Instituto Estadual do Livro (IEL) e a novela juvenil Da noite para o dia (2001).

Com sua produção dos últimos anos voltada para o público adolescente e escolar, Orlando tem participado de iniciativas como a do Autor Presente, do IEL. Devido ao projeto, o professor visitou escolas em 37 cidades do estado, nas quais os alunos leram seus livros e trabalharam sobre o assunto em aula. Questionado sobre a produção de literatura na Universidade, ele destaca:

“Gostaria que houvesse mais canais de expressão dentro da UFSM, para que fosse possível ter uma produção literária reconhecida pela instituição, pois as iniciativas são restritas aos grupos de interesse.”

Luciana Minuzzi é formada em Jornalismo e cursa Produção Editorial, ambos na UFSM. Atua como escritora e pesquisadora na área da Comunicação e, de acordo com ela, a construção de uma identidade literária vem com o tempo e depois de experimentar vários gêneros literários. Há cerca de quatro anos, Luciana começou a trabalhar com a escrita ficcional de forma profissional. A decisão foi fortalecida pelos conteúdos aprendidos no curso de Produção Editorial. Luciana conta que foi com a obra O Iluminado, do autor Stephen King, que ela decidiu escrever sobre literatura de terror e horror, mas suas inspirações não param por aí: 'Uso muito a questão das mulheres como temática dos contos. Gosto de colocar o feminino dentro de um universo de horror para refletir sobre o ser mulher'. A jornalista ainda não possui um livro de autoria própria, mas tem trabalhos em coletâneas de diversas editoras nacionais.

Em relação aos incentivos recebidos pela instituição, ela ressalta a promoção de eventos em que são ofertadas oficinas, mesas redondas,

bate-papos e saraus em que acontecem trocas de conhecimento entre autores, leitores e interessados em literatura.

Historiadora, pesquisadora, professora da UFSM e escritora, Nikelen Witter lançou seu primeiro romance em 2012, Territórios Invisíveis, e pretende publicar mais dois livros em breve. Além de livros, Nikelen escreve contos e crônicas em um blog. A autora diz que o apoio da Universidade - através de divulgações no portal da instituição - aumenta o interesse da comunidade por produções literárias. Segundo ela, seria excelente que os escritores pudessem contar com a Editora UFSM para a publicação de suas obras, apoio que ainda não é possível, pois o foco da mesma está somente em publicações científicas, e não literárias.

Marilice Daronco, jornalista e doutoranda em Comunicação pela UFSM, mostrou que sua paixão por literatura começou desde muito cedo. Ainda criança, ela escrevia poemas e obteve o primeiro lugar em um concurso de crônicas na cidade.

Disse à .TXT que fez parte de uma geração de alunos da UFSM que participava ativamente da Feira do Livro, o que tornava o contato com a literatura algo natural: "Nos orgulhávamos muito da trajetória de professores como a Eugenia Mariano da Rocha Barichello e o Paulo Roberto de Oliveira Araujo, que tinham feito história, criando a feira e fazendo ela funcionar."

Com carinho, ela lembra das oficinas ofertadas pelo professor Orlando Fonseca na Biblioteca Pública Municipal, onde aconteciam diversos saraus literários, e faz referência às atuais oportunidades: 'Conheço algumas disciplinas, as famosas aulas de Jornalismo Literário, além de concursos literários e ciclos de estudos, onde é possível aprender mais sobre algumas questões, como a Literatura Fantástica'.

BESTIÁRIO CRIATIVO: A UFSM POR DENTRO DA LITERATURA FANTÁSTICA

O projeto de extensão Bestiário Criativo nasceu em razão do 1º Ciclo de Estudos - O Profissional do Livro e o Mercado Editorial, ocorrido na UFSM em abril de 2016. O encontro reuniu escritores, editores e autores de Santa Maria e Porto Alegre, como Artur Vecchi, Christopher Kastensmidt, Duda Falcão e César Alcázar, além dos mais de 200 inscritos, advindos de cursos como Letras, Produção Editorial e Jornalismo. Na segunda edição, ocorrida em abril deste ano, participaram os autores paulistas Felipe Castilho, Eric Novello, Bruno Matangrano e Carol Chiovatto. Entre os dois eventos, Enéias Tavares se uniu a Andrio Santos e Jessica Lang para, juntos, criarem um projeto que comportasse não apenas a organização do evento, mas também outras ações como workshops, palestras e publicações. Hoje, além de um podcast, o Bestiário Criativo é também responsável por uma coluna sobre criação literária no portal CosmoNerd.

ANOTADO NO MOLESKINE

REPORTAGEM: BEATRIZ COUTO E LEANDRA CRUBER

ILUSTRAÇÃO: JESSICA TAVARES E JÚLIA GOULART;

DIAGRAMAÇÃO: DREYFUS L. GOMES

Em 27 de agosto de 1951, na cidade de Santa Maria, Ivone e Oscar tornaram-se pais pela quarta vez. Paulo Roberto de Oliveira Araujo nasceu com o rosto redondinho, a bochecha saliente e os olhos escuros e grandes – feições que pouco mudaram com o tempo. Não chegou a conhecer seu irmão mais velho, Ezinho, que faleceu aos nove anos. Beto, como foi carinhosamente apelidado, nasceu com problemas no coração e cresceu com a superproteção da mãe e a rigidez militar do pai.

A família mudou-se cinco vezes de endereço, mas para os meninos o melhor lugar da cidade sempre foi a casa do avô, na Rua Venâncio Aires. Lá, no quintal verde e florido, Beto brincava com os irmãos, Gilberto e Paulo Ubiratan, a prima Regina e a amiga e meia-irmã Irene. Não

era uma criança quieta. A doença cardíaca não o assustou durante a infância, já que a imaginação e a criatividade foram seus eternos aliados. Gostava mesmo era de fazer travessuras, como pegar as uvas do avô sem ser visto e passar trote para amigos, conhecidos e parentes

Ainda criança desenvolveu o amor pelos animais. Tudo começou quando ganhou o cachorro Mulato, depois disso o interesse pelo cuidado dos bichos cresceu. Em 1974, entrou para o curso de Medicina Veterinária na UFSM. Graduou-se quatro anos depois com ótimas notas, mas nunca chegou a exercer a profissão. O amor pela literatura fez com que ingressasse também na faculdade de Jornalismo. Formou-se em dezembro de 1978. Foi redator na Rádio Imembuí e repórter do jornal *A Razão*. Em março do ano seguinte, já lecionava como colaborador. Após dois anos, foi efetivado como professor no curso de Jornalismo da UFSM.

Paulo dedicou-se à Universidade durante 38 anos. Não ambicionava títulos acadêmicos e acreditava que de nada adiantava possuí-los se não fosse para aplicar em sala de aula. Paulo inspirava a vontade de fazer um jornalismo fora do convencional, mais provocativo e literário. Influenciado por escritores como Guimarães Rosa, Mia Couto, Gabriel García Marquez e Clarice Lispector, estimulava o uso de técnicas literárias e afirmava a importância do olhar, da escuta e da atenção aos detalhes. Em sua biblioteca pessoal, há cerca de três mil livros, entre eles obras de cunho técnico e algumas raridades autografadas.

Dentro e fora do ambiente acadêmico, tratava os alunos mais próximos como filhos, abraçava-os e demonstrava interesse em conhecê-los em suas mais profundas individualidades. Era uma pessoa inconformada, no sentido jornalístico, e não deixava que os alunos se acomodassem nas pautas superficiais. Incentivava-os a ir para as ruas, buscar fatos que não fossem do senso comum, entrevistar as pessoas e conhecer suas histórias de vida, muitas vezes ignoradas pelos meios tradicionais de comunicação.

No café da Cesma (Cooperativa dos Estudantes de Santa Maria), um dos seus locais preferidos, encontrava os estudantes para falar de jornalism-



mo e literatura. De forma divertida e enriquecedora, as conversas transcorriam sem a formalidade dos ambientes acadêmicos. Era a didática adotada por Paulo que atraía seus alunos. A Cesma também foi o local escolhido para lançar, em 2012, a primeira edição da proa - uma revista experimental de jornalismo literário que tinha a coordenação editorial do professor.

Na Cesma, experimentava todos os cafés do cardápio, mas tinha um preferido: o expresso romano, um cafezinho perfumado e com um toque cítrico, devido às raspas de limão que leva na receita. Como a bebida não fazia parte do menu fixo, Paulo levava de casa o limão para a barista preparar a bebida especialmente para ele.

Aos estudantes, gostava de citar o escritor alagoano Jorge de Lima, para estimular seus pensamentos e ampliar suas visões sociais:

“**Há sempre um copo de mar para um homem navegar.**”

Por buscar uma forma alternativa de ensinar Jornalismo, era um professor sincero em suas críticas, sempre em busca de mostrar as potencialidades dos textos produzidos. Nem de longe poderia ser considerado um professor tradicional: as aulas começavam a partir de uma conversa e não de conteúdos escritos no quadro. Entendia a universidade como um lugar para o aluno explorar e potencializar as maravilhas da criatividade.

Nos anos 1980, Paulo assumiu a coordenação dos projetos da Rádio Universidade com a ideia de levar os estudantes para dentro da emissora. Na época, foi uma ideia ousada. Junto com a então diretora da Rádio Universidade, Áurea Fonseca, coordenou programas de debate, de entrevistas e de notícias produzidos e apresentados pelos alunos.

O modo como ele tratava as pessoas é inesquecível para quem teve o prazer de conviver com o amante dos livros, das artes, do cinema e da música. Um abraço bem apertado, um segredo guardado, um telefonema de feliz aniversário. Como lembra a colega e amiga, Luciana

Mielniczuk, Paulo era uma companhia para os tempos mais tristes e um sorriso que iluminava até mesmo o inverno frio e cinza de Santa Maria.

Em um determinado momento, o budismo passou a influenciar a sua maneira de viver: falar com as pessoas sem ser autoritário, valorizar as coisas positivas e defender que a vida é muito curta para guardar mágoas, mas é grande o suficiente para dedicar-se às amizades. Cultivou muitos afetos, dentre os quais, seu companheiro Karim Wahhab, que conheceu em abril de 2002. No começo, quando ainda estavam se conhecendo, as conversas eram por trocas de e-mails. Daí para frente, seu companheiro o visitava, em especial nos finais de semana, quando saía de Cacequi em direção a Santa Maria. Paulo e Karim viveram quase 15 anos de companheirismo e amor.

Nas horas vagas, gostava de sair para comer seus pratos preferidos: massa Carbonara di Torriani, comida chinesa e, de sobremesa, Camafeu, o seu doce preferido. Seu apartamento retratava a peculiaridade da sua personalidade, com as paredes coloridas, as portas vermelhas e enfeites que decoravam cada cantinho. Paulo gostava de assistir na televisão ao noticiário espanhol. Grande apreciador da música, ouvia com paixão Marisa Monte, Cesária Évora, Maria Bethânia, Pizzarelli e Chico Buarque. Era um entusiasta das artes cinematográficas, sendo Pedro Almodóvar seu diretor favorito. Os temas polêmicos retratados nos filmes e o humor refinado do espanhol chamavam sua atenção.

Era um amante de coleções, que iam de cadernos Moleskines pautados e lisos, com anotações pessoais e profissionais, até canetas e relógios de todos os tamanhos. Os relógios evidenciavam a forte ligação que tinha com o tempo, embora não fosse neurótico com horários. Outra coleção que despertava a curiosidade dos amigos era a de bengalas. Seu fascínio começou quando, ao entrar numa loja de decoração para comprar incensos, resolveu comprar uma. Nessas idas e vindas, as bengalas foram se multiplicando pela casa. Mesmo que não houvesse necessidade em usá-las, Paulo acreditava que as bengalas atribuíam elegância.

Bastante metódico, tinha hábitos peculiares como o de revisar ao menos três vezes a maçaneta e a grade da casa antes de sair. Também não era permitido andar de sapatos dentro de casa, a sujeira e as energias ruins ficavam na entrada do apartamento. Lá dentro, só de chinelo. Dividia a casa com Ava, Miró, Piaf e Anis, os gatos que resgatou durante os últimos seis anos. Um lembrete de seu amor incondicional pelos animais.

Guimarães Rosa usava a palavra desencantou para mencionar a morte de alguém. Paulo costumava utilizá-la para expressar seus sentimentos ao saber da morte de algum dos seus autores favoritos. Na noite de cinco de outubro de 2016, foi ele, o menino travesso e apaixonado por livros, que desencantou. O céu nublado e chuvoso daquela noite logo se transformou em um dia de sol, os raios aqueciam a todos ao seu redor. Uma manhã inquieta, assim como Paulo.

Revista
.TXT



www.ufsm.br/revistatxt

www.ufsm.br/facos

www.ufsm.br